

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

VAGNER LUIZ SOARES MONTEIRO

A RELAÇÃO ENTRE A QUALIFICAÇÃO DO GESTOR PÚBLICO E A
CONDIÇÃO FINANCEIRA DOS ESTADOS BRASILEIROS

RIO DE JANEIRO

2022

VAGNER LUIZ SOARES MONTEIRO

**A RELAÇÃO ENTRE A QUALIFICAÇÃO DO GESTOR PÚBLICO E A
CONDIÇÃO FINANCEIRA DOS ESTADOS BRASILEIROS**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio de Janeiro como requisito à obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis.

Orientadora: Prof^a Dra. Aracéli Cristina de Sousa
Ferreira
Coorientadora: Juliana Molina Queiroz

Rio de Janeiro

2022

FICHA CATALOGRÁFICA

M775r Monteiro, Vagner Luiz Soares.

A relação entre a qualificação do gestor público e a condição financeira dos estados brasileiros / Vagner Luiz Soares Monteiro. – 2022.

86 f.; 31 cm.

Orientadora: Aracéli Cristina de Sousa Ferreira.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Administração e Ciências Contábeis, Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, 2022.

Bibliografia: f. 66 –73.

1. Finanças. 2. Qualificação. 3. Contabilidade. I. Ferreira, Aracéli Cristina de Sousa, orient. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Faculdade de Administração e Ciências Contábeis. III. Título.

CDD 332

VAGNER LUIZ SOARES MONTEIRO

**A RELAÇÃO ENTRE A QUALIFICAÇÃO DO GESTOR PÚBLICO E A
CONDIÇÃO FINANCEIRA DOS ESTADOS BRASILEIROS**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio de Janeiro como requisito à obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis.

Aprovada em, 12 de dezembro de 2022.

Profa. Dra. Aracéli Cristina de S. Ferreira - PPGCC/UFRJ

Profa. Dra. Claudia Ferreira Cruz - PPGCC/UFRJ

Prof. Dr. Dimas Barrêto de Queiroz - UFPB

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a Deus, criador dos céus e da terra, por me permitir iniciar e concluir o mestrado. A Ele a Honra, a Glória e o Poder.

Agradeço a minha esposa pela compreensão e incentivo a não parar diante dos obstáculos. Passamos por momentos difíceis, principalmente no início do mestrado, pois éramos recém-casados, logo não pude dar toda atenção que ela merecia.

Agradeço a minha família, que demonstrou toda felicidade ao me ver subindo mais um degrau na minha trajetória.

Agradeço a minha filha, Anna Carolina, pela compreensão. Mesmo cansado ela me incentivava a prosseguir, perguntando: “Papai, está estudando?”

Agradeço aos meus irmãos da fé e a minha Pastora, Cleusa, que compartilharam comigo a angústia durante o processo seletivo, bem como a felicidade da conclusão do curso.

Agradeço ao André Villagelim, que profissionalmente foi minha fonte de inspiração e ao Roberto Ferreira, que me autorizou, no trabalho, a ingressar no mestrado. Agradeço também a equipe da Contabilidade, do qual sou coordenador, pois me deram todo o suporte e segurança nos dias de ausência, para que eu pudesse estudar.

Agradeço aos meus colegas da turma, que iniciaram, em 2019, o “Minerva Bolada” (risos), que me ajudaram com os trabalhos, artigos e materiais de estudo. Agradeço em especial aos meus colegas, Anderson Monteiro, Elton Rogério, Marcos Laranja e Milene Dias que colaboraram de forma direta para conclusão do curso.

Agradeço aos professores, que não guardaram para si seus conhecimentos, compartilhando, da melhor forma, com toda a turma. Agradeço especialmente as professoras, Fernanda Sauerbronn e Claudia Cruz, pois foi nas aulas de Gestão Pública que me surgiu a ideia e a curiosidade para pesquisar sobre o tema desta Dissertação.

Por fim, mas não menos importante, agradeço a professora, Aracéli Cristina, por aceitar ser minha orientadora e acreditar no trabalho, orientando-me da melhor forma possível. Agradeço a professora, Juliana Molina, minha coorientadora, que me ajudou bastante corrigindo e orientando.

RESUMO

MONTEIRO, Vagner Luiz Soares. A relação entre a qualificação do gestor público e a condição financeira dos Estados brasileiros. Rio de Janeiro, 2022. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Faculdade de Administração e Ciências Contábeis, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

O objetivo deste estudo foi verificar se a qualificação do gestor público apresenta relação com a condição financeira dos Estados brasileiros. O período analisado foi entre 2018 e 2019, considerando-se a possibilidade de comparação entre duas gestões, uma vez que no primeiro ano a gestão nos Governos Estaduais e no Distrito Federal (2015-2018) era encerrada, iniciando-se, em 2019, a gestão atual (2019-2022). Foram analisados todos os Estados brasileiros, exceto o Acre, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Norte e Roraima, visto que não apresentavam dados suficientes sobre a qualificação dos gestores. Destaca-se neste trabalho que, o termo capacitação está associado à formação acadêmica. Assim, para analisar a qualificação do gestor público, foi investigado se os Secretários Estaduais de Fazenda possuíam Graduação e/ou Pós-Graduação em qualquer área, ou em Contabilidade, ou em Administração ou em Economia, com intuito de verificar se o fato do gestor apresentar maior capacidade de gestão apresenta relação com a condição financeira do Estado. A condição financeira dos Estados foi analisada por meio de dois modelos, sendo o primeiro o modelo de Brown (1993) adaptado, para verificar a condição financeira dos Estados. Este primeiro modelo, originalmente, visa apurar a condição financeira de municípios. O segundo modelo utilizado foi o CAPAG. Este modelo foi analisado adicionalmente, pois verifica a capacidade de pagamento dos Estados. A pesquisa também contou com variáveis que podem impactar na capacitação do gestor e/ou na condição financeira do Estado, tais como tempo e serviço, sendo que a primeira foi utilizada como *proxy* de experiência a fim de verificar se o período do gestor no cargo tem relação com a condição financeira do Estado; e a segunda para verificar se a arrecadação do tributo referente ao serviço também tem relação com a condição financeira do Estado. Foram analisados modelos de regressão com dados em painel e Efeitos Aleatórios, para o modelo Brown, e para o modelo CAPAG, regressão logística. As informações dos Estados utilizadas nesta pesquisa foram extraídas da base de dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Com base nos resultados estatísticos, concluiu-se que a Pós-Graduação em Contabilidade apresenta relação positiva, com significância de 5%, quando comparada à

condição financeira dos Estados brasileiros, no modelo Brown. Enquanto que no modelo CAPAG, todas as graduações e a variável de controle tempo (experiência) apresentaram relação positiva, com significância de 1% cada, em relação à capacidade de pagamento dos Estados brasileiros.

Palavras-chave: Qualificação; condição financeira; contabilidade; administração; economia.

ABSTRACT

MONTEIRO, Vagner Luiz Soares. The relationship between the qualification of the public manager and the financial condition of Brazilian states. Rio de Janeiro, 2022. Dissertation (Master's in Accounting Sciences) - Faculty of Administration and Accounting Sciences, Federal University of Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

The objective of this study was to verify whether the qualification of the public manager is related to the financial condition of the Brazilian states. The period analyzed was between 2018 and 2019, considering the possibility of comparing two administrations, since in the first year the administration in the State Governments and in the Federal District (2015-2018) ended, starting, in 2019, the current management (2019-2022). All Brazilian states were analyzed, except for Acre, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Norte and Roraima, as they did not have sufficient data on the qualification of managers. It is highlighted in this work that the term training is associated with academic training. Thus, in order to analyze the qualification of the public manager, it was investigated whether the State Secretaries of Finance had Graduate and/or Graduate degrees in any area, either in Accounting, or in Administration or in Economics, with the aim of verifying whether the fact that the manager having greater management capacity is related to the financial condition of the state. The financial condition of the states was analyzed using two models, the first being the adapted Brown model (1993) to verify the financial condition of the states. This first model, originally, aims to determine the financial condition of municipalities. The second model used was CAPAG. This model was analyzed additionally, as it verifies the payment capacity of the States. The survey also included variables that may impact the manager's training and/or the state's financial condition, such as time and service, the first of which was used as a proxy for experience in order to verify whether the manager's period in office has relationship with the financial condition of the state, and the second to verify whether the tax collection related to the service is also related to the financial condition of the state. Regression models with panel data and Random Effects were analyzed for the Brow model and for the CAPAG model, logistic regression. The information on the states used in this research was extracted from the National Treasury Secretariat (STN) database. Based on the statistical results, it was concluded that the Post-Graduation in Accounting presents a positive relation, with a significance of 5%, in relation to the financial condition of the Brazilian States, in the Brow model. While in the CAPAG

model, all grades and the control variable time (experience) showed a positive relationship, with a significance of 1% each, in relation to the payment capacity of the Brazilian states.

Keywords: Qualification; financial condition; accounting; management; economy.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Atribuições Legais do EPPGG.....	27
Quadro 2 – Modelo de Indicadores de Desempenho.....	32
Quadro 3 – Modelos de Mensuração da Condição Financeira.....	34
Quadro 4 – Modelo Brown.....	35
Quadro 5 – Aspectos Avaliados do Modelo Brown.....	37
Quadro 6 – Planilha de Condição Financeira.....	38
Quadro 7 – Escala de Classificação da Condição Financeira.....	39
Quadro 8 – Estudos Anteriores.....	43
Quadro 9 – Variáveis.....	50
Quadro 10 – Escore de Classificação, Modelo Brown – Anos 2018 e 2019.....	54
Quadro 11 – Escore de Classificação, CAPAG – Anos 2018 e 2019.....	55
Quadro 12 – Aceitação ou Rejeição das Hipóteses.....	62

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Indicadores, Faixas e Notas Parciais.....	41
Tabela 2 – Cálculo da Nota Final.....	42
Tabela 3 – Desempenho das Receitas e Despesas por Exercício.....	55
Tabela 4 – Estatística Descritiva das Variáveis Contínuas.....	56
Tabela 5 – Variáveis <i>DUMMY</i>	57
Tabela 6 – Resultado do Modelo Efeitos Aleatórios (HAC) da Condição Financeira....	58
Tabela 7 – Teste de Multicolinearidade para os Dados da Amostra.....	60
Tabela 8 – Resultado do Modelo CAPAG.....	61

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANESP - Associação Nacional dos Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento

CAPAG – Capacidade de Pagamento

CLAD - Centro Latino-Americano de Administração para o Desenvolvimento

DC – Indicador de Endividamento

ENAP - Escola Nacional de Administração Pública

EPPGG - Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental

FINBRA - Finanças do Brasil

FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica

GASB -*Governmental Accounting Standards Board*

GFOA - *Government Finance Officers Association*

GRETL - *Gnu Regression, Econometrics and Time-series Library*

HAC - Erros Padrão Robustos

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

IFRS - *International Financial Reporting Standards*

IL – Indicador de Liquidez

IPSAS - *International Public Sector Accounting Standards*

IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano

IPVA – Imposto Sobre Propriedade de Veículos Automotores

ISS – Imposto Sobre Serviço

ITCDM – Imposto de Transmissão Causa *Mortis* e Doação

LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal

MPOG – Ministério do Planejamento Desenvolvimento e Gestão

MQO - Mínimos Quadrados Ordinários

NAP - Nova Administração Pública

NPM - *New Public Management*

OCDE - Organização para Cooperação e o Desenvolvimento Econômico

PAF – Programa Aplicativo Fiscal

PAS - Pesquisa Anual de Serviços

PB - Paraíba

PC – Obrigação de Curto Prazo

PC – Poupança Corrente

PIB – Produto Interno Bruto

PMS - Pesquisa Mensal de Serviços

PPA - Plano Plurianual

PRF-RJ - Plano de Recuperação Fiscal do Estado do Rio de Janeiro

QL - Quadro Lógico

RRF - Regime de Recuperação Fiscal

SEGES – Secretaria de Gestão

STN - Secretaria do Tesouro Nacional

TCE – Tribunal de Contas do Estado

TOM Web - Transparência Orçamentária Municipal via Internet

VIF – Fator de Inflação de Variância

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO E PROBLEMA DE PESQUISA	14
1.2 OBJETIVOS	18
1.3 JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA	19
1.4 ESTRUTURA DO ESTUDO	19
2 REVISÃO DE LITERATURA.....	20
2.1 NOVA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	20
2.1.1 Histórico da Nova Administração Pública no Brasil.....	21
2.1.2 Especialista de política pública e gestão governamental (EPPGG) - Lei 7.834/89.....	26
2.2 TEORIA DO CAPITAL HUMANO	29
2.3 CONDIÇÃO FINANCEIRA GOVERNAMENTAL.....	30
2.3.1 Modelos de Indicadores de Desempenho e Modelos de Mensuração da Condição Financeira Governamental.....	31
2.3.1.1. Modelos de Indicadores de Desempenho	31
2.3.1.2 Modelos de Mensuração da Condição Financeira	34
2.4 MODELO BROWN	36
2.5 MODELO CAPAG	39
2.6 ESTUDOS ANTERIORES	43
3 METODOLOGIA.....	46
3.1 CLASIFICAÇÃO DA PESQUISA	46
3.2 BASE DE DADOS E A TRAJETÓRIA DA PESQUISA	46
3.3 VARIÁVEIS DO ESTUDO	49
3.4 ANÁLISE DOS TESTES DOS MODELOS	51
4 ANÁLISE DOS RESULTADOS	53
4.1 CONDIÇÃO FINANCEIRA DOS ESTADOS E DISTRITO FEDERAL	53
4.1.1 Modelo Brown.....	53
4.1.2 CAPAG.....	55
4.2 ESTATÍSTICA DESCRITIVA DAS VARIÁVEIS.....	56
4.3 ANÁLISE DOS RESULTADOS	57
4.3.1 Modelo Brown.....	57
4.3.2 CAPAG.....	59
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	63

REFERÊNCIAS	66
APÊNDICE 1 – Link da Qualificação do Gestor	74
APÊNDICE 2 – Dados das Variáveis.....	76
APÊNDICE 3 – Resultados da Regressão – Condição Financeira	77
APÊNDICE 4 – Resultados da Regressão – CAPAG.....	78
APÊNDICE 5 – Colinearidade CAPAG.....	79
APÊNDICE 6: Resultado das Estatísticas Descritivas – Condição Financeira	81
APÊNDICE 7: Matriz de Correlação – Condição Financeira	82
APÊNDICE 8: Matriz de Correlação – CAPAG.....	83
APÊNDICE 9: Notas dos Indicadores da CAPAG.....	84

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO E PROBLEMA DE PESQUISA

Compreender as mudanças na Gestão Pública pressupõe um olhar abrangente e dinâmico sobre o contexto em que operam as políticas públicas. Deve-se reconhecer que o funcionamento do setor público é constantemente influenciado por um conjunto de fatores de múltiplas ordens. Neste sentido, o século passado proporcionou um terreno fértil para o campo dos estudos, pois foi caracterizado por intensas transformações, principalmente políticas, sociais e econômicas. Tais mudanças impactaram, em grande medida, os processos de reorganização do papel do Estado e da estrutura da Administração Pública (CAVALCANTE, 2019).

A Nova Gestão Pública, também chamada de Administração Pública Gerencial, consistiu em um amplo movimento de reforma no aparelho do Estado que, em geral, propagou um conjunto de mudanças deliberadas de estruturas e processos nas organizações do setor público, que tiveram como objetivo obter um melhor desempenho. É um modelo prescritivo, pós-burocrático, de estruturação e gestão da máquina pública baseados nos princípios e diretrizes da eficiência, eficácia e competitividade, bem como em ferramentas de gestão de organizações privadas (CAVALCANTE, 2019).

O desenvolvimento e o avanço tecnológico no âmbito das práticas contábeis trouxeram a necessidade da harmonização dos padrões contábeis, com o intuito de facilitar a comunicação, a comparabilidade e o entendimento das informações elaboradas pelos países. Neste sentido, buscou-se desenvolver metodologias e padronizações que possibilitassem aplicar as técnicas contábeis numa linguagem que fosse universal para o mundo dos negócios (DO PRADO; PAIVA, 2017).

Albuquerque e Bizerra (2011) coadunam com este pensamento e indicam que mudanças significativas ocorreram no sistema contábil brasileiro, com a convergência às normas internacionais de Contabilidade, seja no setor privado sob a influência das *International Financial Reporting Standards* (IFRS), ou no setor público, sob a influência das *International Public Sector Accounting Standards* (IPSAS). Estas mudanças seguiram a tendência de convergência mundial e tiveram como uma de suas raízes o irreversível processo de globalização, com a crescente expansão das atividades entre os mercados dos países.

Zaqueu (2010) afirma que as mudanças ocorridas no setor público nos países subdesenvolvidos exigiram uma nova forma de gestão na Administração Pública. No entanto,

essa realidade emergiu nos países desenvolvidos com a terminologia “Nova Administração Pública” (NAP). Em 1979, a NAP passou a ser percebida na Europa, e em 1980 na América do Norte, expandindo-se para os demais países da Organização para Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Lægreid e Christensen (2007) e Cavalcante (2019) discorreram sobre cinco reformas em nações desenvolvidas, concluindo que a principal tendência foi o aumento da especialização horizontal e vertical, o que gera uma Administração Pública mais fragmentada. Os efeitos em termos de implementação efetiva, no entanto, foram diferentes entre as nações: enquanto alguns se concentravam em temas denominados “NPM rígido” (contabilidade, auditoria e medição de desempenho), outros enfatizavam o “NPM leve” (fatores humanos, orientação ao usuário, melhoria da qualidade e desenvolvimento individual) (CAVALCANTE, 2019).

A profissionalização da Administração Pública continua sendo uma questão fundamental e, “mais dia, menos dia, terá de ser enfrentada” (GRAEF, 2010).

Neste sentido, a profissionalização da gestão em alguns cargos nos órgãos públicos ainda é uma barreira a ser superada. A falta de profissionalização e do aperfeiçoamento de conhecimentos pode trazer dificuldades na condição financeira das entidades, o que afeta não somente os órgãos públicos, mas também a sociedade, uma vez que se perde a oportunidade de se ter um ocupante profissional ou técnico no cargo, fato que possibilitaria a otimização de recursos e melhores resultados.

Cavalcante e Carvalho (2017) indicam que é essencial que os ocupantes de cargos comissionados, dentre eles, os servidores efetivos, sejam qualificados e preparados. Quanto mais preparados, maior a propensão do servidor desempenhar funções de alta complexidade, como também desenvolver competências múltiplas, como liderança, dentre outras (CAVALCANTE; CARVALHO, 2017).

Longo (2003) e Nunes (2006) defendem a profissionalização dos cargos de direção na Administração Pública, utilizando como exemplo os países: Reino Unido, os Estados Unidos, a França e o Canadá. Nestes países houve o rompimento do “dualismo tradicional”, o qual opõe a classe política e a burocracia, baseando-se no sistema de mérito (BERGUE, 2008).

Bergue (2008) ressalta a diferença entre a política e a administração, argumentando que a primeira é desenvolvida no campo da atuação estadista. Já, a administração enquadra-se no campo da técnica. Na visão do autor, há resistência e dificuldade para a profissionalização dos cargos de direção na Administração Pública contemporânea. Destaca-se que esta

resistência se evidencia no fato de que tais cargos são ocupados por agentes políticos, ligados às políticas partidárias.

Segundo Lopez e Praça (2018), uma gestão é mais politizada quanto maior for o número de cargos de confiança ocupados por profissionais selecionados por critérios políticos. Logo, a ampliação da profissionalização ocorre quando é menor a politização e maior a proporção de nomeados pertencentes às carreiras burocráticas.

Para Bonis (2008), por definição, o burocrata deve possuir o conhecimento técnico para reger a máquina pública, bem como o dirigente público deve evidenciar competências gerenciais, que incluem a capacidade de dirigir e motivar equipes.

Conforme Longo (2003), a qualificação para a direção depende do conjunto de atributos, entre os quais devem incluir-se motivos, traços de caráter, conceito de si mesmo, atitudes ou valores, habilidades e capacidades cognitivas ou de conduta. Segundo o autor, a combinação dessas qualidades em perfis de competência de direção é capaz de representar melhor desempenho e obriga a adoção de processos que possuam forte carga situacional. Por isso, a análise do contexto é parte relevante desses processos.

Assim, a definição de perfis de competências adaptados à realidade é o primeiro e imprescindível passo para empreender práticas de gestão destinadas a fortalecer a capacidade de direção nas organizações públicas. Longo (2003) ainda defende que a institucionalização da gerência pública profissionalizada exige avanços no desenvolvimento da identidade coletiva.

Graef (2010) afirma que a Administração Pública profissional, apoiada em uma carreira de executivos de alto nível, é certamente menos vulnerável diante da ação de grupos de interesses privados e corporativos específicos. Além disso, Evans e Rauch (1999) e Lopes *et al.* (2020), esclarecem que a literatura aponta uma relação positiva entre a institucionalização da meritocracia na Administração Pública e o seu crescimento econômico.

Neste contexto, Viana e Lima (2010) explicam que a Educação, determinada pelo nível de qualificação da população, reduz disparidades econômicas e fortalece as economias regionais, influenciando ganhos à população, elevando a produtividade do capital humano e também o nível de produtividade do capital físico. Isso se deve à aplicação de novas técnicas e novas ferramentas de gestão, fazendo com que esse tipo de investimento diminua os custos de produção, possibilite retornos crescentes no processo produtivo e estimule cada vez mais o crescimento da economia (VIANA; LIMA, 2010).

Kliksberg (1999) e Viana e Lima (2010) classificaram os fatores que determinam o crescimento econômico como tipos de capital, sendo: (a) capital natural, constituído pelos recursos naturais existentes em cada país ou região; b) capital construído (capital físico), o qual inclui a infraestrutura; c) capital humano, caracterizado pelos níveis de nutrição, saúde e educação da população e; d) capital social, determinado pelo nível de associação entre os indivíduos. Dentre tais variáveis, os autores ressaltam que o capital humano e o capital social têm obtido participação majoritária no desempenho econômico-regional (KLIKSBERG, 1999; VIANA; LIMA, 2010).

Cunha, Cornachione Jr. e Martins (2010) afirmaram que a teoria do capital humano é o conceito de que a aquisição de mais conhecimentos e habilidades aumenta o valor do capital humano das pessoas, aumentando sua empregabilidade, produtividade e rendimento potencial. Assim sendo, pode-se dizer que tão relevante quanto à qualificação do gestor público para o crescimento econômico é também importante a condição financeira dos Estados brasileiros.

Wang, Dennis e Tu (2007) evidenciaram que a condição financeira, dentre outros conceitos, é a capacidade das entidades governamentais atenderem suas obrigações de forma tempestiva.

Segundo Lima e Diniz (2016), a boa condição financeira de um governo é o que assegura a continuidade da oferta de bens e a prestação de serviços públicos essenciais aos cidadãos. Os municípios devem conduzir a aplicação de recursos de modo a manter a condição financeira favorável, suprimindo assim, as necessidades de bens e serviços da população.

Para Diniz, Macedo e Corrar (2012), é necessário que os gestores públicos disponham, já na fase de planejamento, de elementos sólidos e consistentes que permitam a adequada avaliação financeira das suas entidades, possibilitando a tomada de decisão eficiente e eficaz, especialmente quanto à forma de alocação dos recursos públicos.

O equilíbrio financeiro na Administração Pública pressupõe um conjunto de atividades realizadas pelo Poder Público, com o objetivo de definir as riquezas do Estado a partir do balanceamento entre a arrecadação de receitas e a realização de despesas. Dentre essas atividades, destacam-se o desenvolvimento e a implementação de um painel de indicadores financeiros que seja capaz de sinalizar a condição, em termos econômico-financeiros, de determinada unidade administrativa (DINIZ; MACEDO; CORRAR, 2012).

Desta forma, Brown (1993) desenvolveu dez indicadores para analisar a situação financeira dos municípios norte-americanos e canadenses, denominado *Test 10-Point*. Esses indicadores avaliam quatro fatores financeiros básicos de uma cidade: rendimentos, despesas,

posição operacional e estrutura de dívida. O teste usa dados do Banco de Dados de Indicadores Financeiros da Associação de Diretores de Finanças do Governo (GFOA) para comparar os principais indicadores de uma cidade com os de centenas de cidades de tamanhos semelhantes, de todo o país. O autor ainda ressalta que, sem informações financeiras, como as obtidas por meio dos indicadores, decisões concretas sobre a condição econômica não são possíveis. Deste modo, o teste de “10 Pontos” busca fornecer uma técnica de pontuação objetiva para fomentar as decisões pautadas na condição financeira.

Não obstante, segundo Pellegrini (2017) e Souza (2022), em 2012 foi criado um sistema de monitoramento que ficou conhecido como Avaliação de Capacidade de Pagamento (CAPAG), que utilizando como base os orçamentos dos entes subnacionais, calculava a capacidade de pagamento dos entes federativos. Pela Portaria n. 501, de 23 de novembro de 2017, houve uma atualização do cálculo do CAPAG, de maneira a simplificar sua análise.

O CAPAG funciona como um dos principais indicadores de risco do país, com o intuito de adotar uma nota sobre a capacidade de pagamento do ente subnacional, a fim de que os entes consigam pleitear as operações de crédito com aval da união, sendo esta uma exigência do artigo 23, da Resolução do Senado Federal n. 43 de 2001. Ao mesmo tempo em que serve como uma espécie de garantia, a nota do CAPAG é utilizada como avaliação da situação fiscal do ente subnacional, além de conseguir comparar, de forma padronizada, a saúde fiscal do ente federativo (PELLEGRINI, 2017; SOUZA, 2022).

Lima (2013) argumenta que numa democracia a sociedade exerce uma influência real na formulação das políticas públicas. Desta forma, a interação entre gestores públicos e cidadãos pode contribuir para a boa condição financeira do governo.

Assim sendo, o problema que norteia o presente estudo é: a qualificação do gestor público apresenta relação com melhores condições financeiras dos Estados brasileiros?

1.2 OBJETIVOS

Diante do problema apresentado, o objetivo geral desta pesquisa é verificar se a qualificação do gestor público tem relação com melhores condições financeiras dos Estados brasileiros.

Visando compreender com mais clareza o objeto do presente estudo foram propostos os seguintes objetivos específicos:

- a) analisar a condição financeira dos Estados;

- b) verificar a qualificação dos gestores de cada Estado;
- c) verificar como a qualificação dos gestores se relaciona com a condição financeira dos Estados a partir dos modelos Brown e CAPAG.

1.3 JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA

Esta pesquisa se justifica pela ausência de estudos específicos, que identifiquem e analisem de forma efetiva a existência da relação entre a qualificação dos gestores e os resultados financeiros obtidos pelos órgãos públicos estaduais do Brasil. Assim, o objetivo desta dissertação se faz mister ao verificar se a qualificação do gestor público tem relação com melhores condições financeiras dos Estados brasileiros.

A relevância deste estudo situa-se na sua contribuição para uma mudança de perspectiva em relação à profissionalização dos gestores dos órgãos públicos. Ao final do estudo, se restar evidenciado que existe correlação entre a capacitação dos gestores e os resultados financeiros, espera-se que ocorram mudanças nos órgãos que adotam essas práticas para melhorar sua condição financeira e assim atender ao anseio da população que é ver seu dinheiro sendo utilizado de forma eficiente, resultando também melhores prestações de serviços para sociedade, além de fortalecer a profissão contábil.

1.4 ESTRUTURA DO ESTUDO

Este trabalho acadêmico está organizado em cinco capítulos: no primeiro é apresentada a contextualização do tema, seguida da questão de pesquisa, bem como da justificativa da sua escolha e os objetivos estabelecidos para responder tal questão. O segundo capítulo do estudo aborda a revisão de literatura, na qual são expostos os arcabouços teóricos que fundamentam a pesquisa. O terceiro capítulo da presente dissertação aponta os procedimentos metodológicos usados para cumprir os objetivos da pesquisa. O quarto capítulo apresenta os resultados da pesquisa, seguidos de sua análise; e, por fim, no quinto capítulo são apresentadas as conclusões sobre o tema estudado.

2 REVISÃO DE LITERATURA

O presente capítulo é composto pelo referencial teórico, onde é apresentado o arcabouço teórico em que a pesquisa está embasada e as hipóteses de pesquisa devidamente sustentadas pela teoria. São tratados os conceitos referentes à Nova Administração Pública, teoria do capital humano, condição financeira e os modelos utilizados. Ao final, são apresentadas as hipóteses da pesquisa e alguns estudos que as relacionam.

2.1 NOVA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A *New Public Management*, ou Nova Administração Pública, emergiu como alternativa para o tradicional setor público, ao adotar práticas consideradas eficazes para o desenvolvimento de organizações do setor privado. É um modelo que envolve todo o sistema organizacional, com uma estrutura que identifica a estratégia de gestão (HUGHES, 1998).

As transformações desenvolvidas na economia mundial culminaram numa nova forma de Administração Pública. Segundo Zaqueu (2010), esse novo paradigma traz a visão do futuro para as organizações, sejam elas privadas ou públicas. Em outras palavras, a Nova Administração Pública substitui a Administração Pública tradicional, considerada ineficiente pelo modelo gerencial.

De acordo com Paula (2005, p. 47), a Nova Administração Pública caracteriza-se pelas seguintes medidas organizacionais e administrativas: (a) descentralização do aparelho de Estado, separando as atividades de planejamento das de execução; (b) transformação das políticas públicas em monopólio dos ministérios; (c) privatização das estatais; (d) terceirização dos serviços públicos e regulação estatal das atividades públicas conduzidas pelo setor privado e; (e) uso de ideias e ferramentas gerenciais advindas do setor privado.

Bresser-Pereira (1999) explica que a reforma do Estado, que se tornou tema central nos anos de 1990 em todo o mundo, é uma resposta ao processo de globalização em curso, considerando-se que esta globalização reduziu a autonomia dos Estados para formular e implementar políticas. Além disso, esta reforma buscou amenizar a crise do Estado, que começou em quase todo o mundo na década de 1970 e foi plenamente definida nos anos de 1980. Conforme o autor, os contornos da Nova Administração Pública ou Administração Pública Gerencial foram sendo delineados aos poucos em vários países, principalmente na Inglaterra, Nova Zelândia e Austrália.

Neste contexto, Paula (2005, p. 45) elenca as principais mudanças da política econômica desenvolvida na Europa, na América do Norte e em outros países que culminaram na criação de um novo modelo de gerencialismo estatal:

- a) descentralização do ponto de vista político, transferindo recursos e atribuições para os níveis políticos regionais e locais;
- b) descentralização administrativa, através da delegação de autoridade para os administradores públicos, transformados em gerentes crescentemente autônomos;
- c) organizações com poucos níveis hierárquicos, ao invés da forma piramidal;
- d) organizações flexíveis ao invés de unitárias e monolíticas, nas quais as ideias de multiplicidade, de competição administrada e de conflito tenham lugar;
- e) pressuposto da confiança limitada e não da desconfiança total;
- f) definição dos objetivos a serem atingidos pelas unidades descentralizadas na forma de indicadores de desempenho, sendo estes, sempre que possível, quantitativos. Tais objetivos constituem-se o centro do contrato de gestão entre o ministro e o responsável pelo órgão que está sendo transformado em agência;
- g) controle por resultados, ao invés do controle rígido, passo a passo, dos processos administrativos; e
- h) administração voltada para o atendimento ao cidadão, ao invés de autorreferida.

2.1.1 Histórico da nova administração pública no Brasil

O processo de modernização da Administração Pública no Brasil, entre as décadas de 1930 e 1990, seguiu alguns padrões, entre eles a fragmentação institucional e a separação entre a formulação e a implementação política. A retórica da reforma do Estado, que ocorreu nos anos de 1990, avançou do ponto de vista da utilização do conceito de governança e dos princípios políticos que passaram a orientar as decisões, quais sejam: participação; *accountability*; controle social (MATIAS-PEREIRA, 2008; ZAQUEU, 2010).

Para Santos *et al.* (2004) e Zaqueu (2010), o ano de 1990 marcou o período das reformas do Estado no Brasil, onde foi observada a clara tendência do setor público em assumir o papel principal, mediante as clássicas medidas de corte nos gastos públicos com o objetivo de equilibrar as contas do governo.

Neste sentido, Bresser-Pereira (1995) afirma que a reforma gerencial no Brasil, inspirada no gerencialismo britânico, também recebeu a influência dos princípios da *New*

Public Management. Assim, o Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado, coordenado pelo Ministério da Administração e Reforma do Estado, foi fortemente apoiado na NPM e na *Progressive Governance*, ao mesmo tempo em que incorporou muitos elementos do paradigma neodesenvolvimentista.

Para Dropa (2003), era necessária a reorganização do Estado brasileiro. Para tanto, a geração que assumiu tinha como objetivos principais: (a) a liderança do Estado no processo de modernização econômica e social; (b) a intervenção na produção e; (c) a criação de um modelo desenvolvimentista.

A implantação da NPM no Brasil procurou delinear um novo padrão de gestão pública, a denominada “Administração Gerencial”, apoiada nos princípios da flexibilidade, na ênfase em resultados, no foco no cliente e no controle social (MATIAS-PEREIRA, 2008; ZAQUEU, 2010).

Sendo assim, Abrúcio e Loureiro (2002) esclarecem que a reorientação estratégica na política e na gestão de recursos humanos, iniciada em 1995, foi fruto do diagnóstico de que a composição da força de trabalho na Administração Pública Federal encontrava-se extremamente distinta daquela desejada, e pouco poderia contribuir para o processo de mudança na gestão pública.

A periodicidade dos concursos públicos era incerta e reduzida, provocando uma defasagem etária significativa no quadro de pessoal dos diversos órgãos, bem como impedia a renovação constante da força de trabalho, fator fundamental para o fortalecimento das carreiras. Não havia uma estratégia de capacitação, as ações de treinamento eram desconexas entre si, em relação às necessidades de qualificação dos servidores e aos objetivos das organizações (ABRÚCIO; LOUREIRO, 2002).

Os autores Abrúcio e Loureiro (2002) ainda elencaram medidas que foram tomadas a fim de iniciar as correções das distorções evidenciadas pelo diagnóstico para a reestruturação da força de trabalho, são elas:

- 1) A sistemática de recrutamento foi alterada. Os concursos passaram a ser realizados com periodicidade anual, para um número pré-determinado de vagas (como em um vestibular) e não geravam mais um “banco” de aprovados que tivessem alcançado apenas uma nota mínima e pudessem ser convocados à medida que surgisse uma nova chamada. A opção por esta sistemática estava baseada no pressuposto de que a renovação constante, ainda que resultasse na contratação de um número reduzido de

servidores a cada ano, se fazia importante para possibilitar o fortalecimento de uma determinada carreira no quadro da instituição;

O número de vagas passou a ser definido a partir de uma estimativa das necessidades de pessoal dos órgãos públicos, do quantitativo de cargos vagos, do fluxo de aposentadorias no presente e as esperadas para o futuro e, quando possível, de uma análise do volume de trabalho da instituição (ABRÚCIO; LOUREIRO, 2002).

Foram priorizadas as autorizações para contratação de pessoal para cargos destinados às áreas finalísticas dos órgãos (principalmente aos integrantes de carreiras de Estado). Além disso, foram identificadas, mediante análises do quantitativo de servidores em cada órgão e dos seus processos de trabalho (quando possível), aquelas em que havia escassez de pessoal (ABRÚCIO; LOUREIRO, 2002).

Os perfis dos ocupantes para cada cargo passaram a ser definidos em cada concurso, isto é, para cada processo de recrutamento e seleção. Ressalta-se que as áreas e atividades para as quais eram destinados os servidores contratados podiam ser relativamente distintas, dependendo da abrangência das atribuições do cargo. Deste modo, em cada processo de recrutamento os perfis necessários também podiam ser distintos, fator que inclusive definia o conteúdo dos exames para ingresso. Os órgãos passaram a ter autonomia para definir o perfil de servidores que desejavam, sob o ponto de vista de sua formação técnica e competências, respeitadas as limitações estabelecidas pelas atribuições dos cargos (ABRÚCIO; LOUREIRO, 2002).

- 2) As novas carreiras deveriam reduzir seu grau de especialização horizontal, isto é, deveriam ser criadas com um conjunto de atribuições mais amplo, com características mais generalistas, bem como associadas aos princípios da gestão empreendedora (ou nova gestão pública) e, desta maneira, possibilitar a sua atuação em um número maior de atividades e organizações;

Havia antes da reorientação estratégica na política, e na gestão de recursos humanos, cerca de 4.500 denominações de cargos não pertencentes às carreiras específicas. Inicialmente, foram agrupados os cargos que possuíam atribuições semelhantes, mas denominações diversas, em virtude de pertencerem a planos distintos. Num segundo momento, foram agrupados cargos cujas atribuições poderiam ser definidas como similares ou

que possuísem algumas características em comum. Atualmente, existe cerca de 200 denominações (ABRÚCIO; LOUREIRO, 2002).

- 3) Os salários deixaram de ser automaticamente corrigidos pela inflação passada, uma vez que a economia brasileira passava por um processo de estabilização e a indexação prejudicaria este processo. Estudos realizados à época observaram que havia um desalinhamento salarial significativo em relação às remunerações pagas no setor privado. Deste modo, optou-se por balizar as correções dos vencimentos no setor público pelos valores praticados para os cargos equivalentes na iniciativa privada, em busca da redução de tal defasagem. Esta passou a ser a principal diretriz dos reajustes salariais no setor público, observada, a disponibilidade dos recursos orçamentários;

Além disso, outras correções foram aplicadas, tendo como meta a redução das disparidades em relação aos valores praticados no setor privado, dentre elas: (a) foi reduzido o número de parcelas salariais pela incorporação de gratificações ao vencimento básico; (b) foi alargada a amplitude salarial das carreiras; (c) a participação da gratificação de desempenho foi reduzida para cerca de 30% dos vencimentos do servidor; (d) a reestruturação salarial das diversas carreiras buscou, dentro dos limites legais, desvincular os reajustes para os ativos dos concedidos aos inativos, mediante a abolição do pagamento automático do valor máximo possível da gratificação de desempenho aos últimos; (e) foi iniciado o processo de aproximação das remunerações devidas a servidores que desempenham funções semelhantes, mas pertenciam a carreiras distintas, como no caso da fiscalização e; (f) diversas sentenças judiciais concedidas sem o amparo de decisão do Supremo Tribunal Federal foram (e continuam sendo) questionadas (ABRÚCIO; LOUREIRO, 2002).

A correção das distorções salariais estimula tanto o ingresso de pessoas mais qualificadas no serviço público quanto à retenção e o desempenho satisfatório (ABRÚCIO; LOUREIRO, 2002).

- 4) Foi definida uma estratégia de capacitação que prevê o treinamento contínuo e permanente dos servidores. O conjunto de ações de capacitação de um funcionário deve obedecer a uma programação, discutida com sua chefia. As ações internas e as formas não convencionais de capacitação devem ser priorizadas para possibilitar o acesso de um número maior de funcionários às oportunidades de treinamento;

Os órgãos públicos passaram a elaborar um planejamento anual de suas ações de capacitação, com base na definição de: (a) conteúdos prioritários e seus respectivos públicos-alvo por parte dos ministérios gestores da política de capacitação e; (b) de conteúdos específicos que atendam às características das atividades desenvolvidas por seus servidores e estejam vinculados às metas e atribuições da instituição. A avaliação de desempenho também passou a ser um insumo importante para a definição das ações necessárias, uma vez que ela aponta as deficiências em relação às competências requeridas para os servidores. Tais ações, por sua vez, deveriam ser vistas como insumo para o processo de avaliação (ABRÚCIO; LOUREIRO, 2002).

O plano anual de capacitação deve ser avaliado e controlado, inclusive sob o prisma dos gastos realizados, com base na análise dos resultados das ações de capacitação efetuadas pelo órgão, os quais, por seu turno, são apurados em relação às metas estabelecidas pelo mesmo (ABRÚCIO; LOUREIRO, 2002).

- 5) Outra medida foi o reforço da atuação dos gerentes sob a lógica da gestão empreendedora (ou nova gestão pública), investindo fortemente em sua capacitação e disseminando mecanismos que pudessem levar tanto dirigentes como servidores a atuarem com maior autonomia e responsabilização em relação aos resultados obtidos. Exemplos desses instrumentos foram o Plano Plurianual de Investimentos (PPA), o Programa de Qualidade e os contratos de gestão;

Com a implantação desta medida houve o estímulo à disseminação da avaliação de desempenho institucional (ABRÚCIO; LOUREIRO, 2002).

- 6) Foi desenvolvido um sistema que possibilita o levantamento das competências necessárias em cada área, de acordo com seus objetivos e metas, bem como das competências existentes e da decorrente defasagem entre ambas. A partir disso, foi possível definir mais precisamente o planejamento das ações de capacitação de cada funcionário;
- 7) Foi também desenvolvido um manual de orientação para que os órgãos públicos pudessem elaborar seus planejamentos referentes à força de trabalho, no tocante ao quantitativo e aos perfis desejados, em consonância com os seus objetivos e metas.

Ao adotar este conjunto de ações, os dirigentes esperavam que, gradativamente, o perfil da força de trabalho fosse aproximando-se do desejado, conforme os conceitos da Nova Administração Pública. De qualquer forma, este seria um processo lento e gradual, dado à rigidez da visão que ainda existe na Administração Pública brasileira (ABRÚCIO; LOUREIRO, 2002).

2.1.2 Especialista de política pública e gestão governamental (EPPGG) - Lei 7.834/89

A carreira de gestores governamentais teve origem no processo de redemocratização do Brasil, como parte do projeto de reforma administrativa do governo da Nova República, ou seja, o primeiro governo civil depois de mais de duas décadas de regime militar. A reforma administrativa da Nova República orientou-se na perspectiva de implantação de uma administração profissional, que oferecesse sustentação e assegurasse a continuidade administrativa no contexto do novo regime de alternância democrática de partidos no poder. Assim, a reforma propugnava a profissionalização da Administração Pública e a implantação do sistema de mérito, em oposição aos vícios do clientelismo, do nepotismo e do patrimonialismo profundamente arraigados na Administração Pública brasileira (GRAEF, 2010).

Santos e Carvalho (2000) afirmam que foi criado um corpo de elite formado por servidores de alta qualificação, com formação acadêmica e submetidos à formação específica na Escola de Governo. Esta alternativa decorreu do estudo do embaixador, Sérgio Paulo Rouanet, realizado em 1982, que sugeria a criação de uma Escola de Governo no Brasil, similar ao modelo francês (MONTEIRO, 2013).

Segundo a Associação Nacional dos Profissionais e Empresas Promotoras de Crédito e Correspondentes (ANESP), a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) foi criada por meio do Decreto n. 93.277, em 19 de setembro de 1986. O artigo 2º deste Diploma Legal prevê que esta Escola se destina basicamente a planejar, promover, coordenar e avaliar as atividades de formação, aperfeiçoamento e profissionalização do pessoal civil de nível superior da Administração Federal. No artigo 7º, desse Documento, determina-se que, assim como o Instituto Rio Branco e outros, a ENAP é um órgão destinado à formação especializada (ANESP, 2009).

Em 15 de setembro de 1989, por meio da Medida Provisória n. 84, foi criada a carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, baseada em experiências internacionais – francesa, alemã, inglesa e canadense – de profissionalização da alta

burocracia. A criação desta carreira almejava atenuar: (a) a descontinuidade administrativa perante a alternância de poder; (b) o clientelismo na provisão de cargos de direção e assessoramento e; (c) a melhoria da gestão de políticas públicas (CORREA; COELHO; ALMEIDA, 2015; SANTOS; SOUZA, 2012).

Santos e Carvalho (2000) e Monteiro (2016) defendem que o gestor governamental, oriundo da ENAP, é um administrador de informações e conflitos, um mediador entre os interesses dos grupos de pressão e das organizações político-partidárias. Para tanto, são características fundamentais deste profissional: (a) formação generalista em políticas públicas que abarquem as teorias e os métodos de diversas áreas das Ciências Humanas; (b) dominar a dinâmica de funcionamento do Estado e; (c) atuar como articulador e negociador nas várias instâncias que envolvem as políticas públicas, ou seja, tanto no Executivo Federal, como no Poder Legislativo, entre os grupos sociais afetados, nos Partidos Políticos e no Judiciário.

A ANESP é uma das poucas estruturas profissionais do serviço público brasileiro que é constituída exclusivamente pelo sistema de mérito, com atribuições específicas de formulação, implementação e avaliação de políticas públicas, bem como direção e assessoramento nos escalões superiores da Administração Federal. Ela possui estrutura remuneratória diferenciada, ingresso por concursos públicos periódicos, formação específica ministrada pela ENAP e uma forte identidade e espírito de corpo entre seus integrantes (MONTEIRO, 2016; SANTOS; CARVALHO, 2000).

Graef (2008) afirma que a formação, a qualificação e a consequente habilitação para as atividades de direção e assessoramento superiores na área de políticas públicas estão a cargo da ENAP, que, por sua vez traz como fundamento de sua criação e missão essencial o foco na carreira de gestores governamentais.

Posteriormente, no ano de 2004, as atribuições dos gestores foram regulamentadas pelo Decreto n. 5.176 e relatadas pela entidade que gerencia a carreira, conforme descrito no Quadro 1:

Quadro1 - Atribuições Legais do EPPGG

Legislação	Disposições	Atribuições
Medida Provisória n. 84, de 15 de setembro de 1989 e Lei n. 7.834, de 06 de outubro de 1989	Cria à carreira e os respectivos cargos de Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental e dá outras providências.	Execução de atividades de formulação, implementação e avaliação de políticas públicas, bem como de direção e assessoramento em escalões superiores da administração direta e autárquica.

Decreto n. 5.176/2004	Regulamenta a carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental (EPPGG) e dá outras providências.	Atividades de gestão governamental nos aspectos técnicos relativos à formulação, implementação e avaliação de políticas públicas, bem como de direção e assessoramento em escalões superiores da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, em graus variados de complexidade, responsabilidade e autonomia.
Comunicado da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento Desenvolvimento e Gestão (SEGES/MPOG) n. 04, de abril de 2010	-	Possui atribuições amplas relacionadas à formulação, implementação e avaliação de políticas públicas e ao aprimoramento da organização e do funcionamento da máquina governamental.

Fonte: Adaptado de Silva e Gonçalves (2019).

Corrêa, Coelho e Almeida (2015) afirmaram que a iniciativa, do governo federal brasileiro, de estruturação de uma alta burocracia estável e meritocrática com profissiografia tipicamente administrativa organizacional, refletiu na esfera estadual e municipal, que passou a desejar um profissional idêntico ou similar, o que resultou na criação da carreira de EPPGG, em várias unidades da Federação.

Segundo Mota *et al.* (2011) e Corrêa, Coelho e Almeida. (2015), dada à importância da profissionalização da alta burocracia, dezesseis Estados brasileiros - Acre, Amazonas, Amapá, Tocantins, Ceará, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Mato Grosso, Goiás, Distrito Federal, Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo, São Paulo e Rio de Janeiro - passaram a recrutar, formar e alocar gestores públicos em seus órgãos ou secretarias, sob a estruturação de uma carreira de EPPGG ou correlata, seguindo a experiência e o modelo do governo federal.

Neste contexto, Abrúcio (2007) ressalta que mesmo diante das enormes desigualdades entre os Estados brasileiros, coube à União a responsabilidade por inspirar e celebrar parcerias com Estados e municípios com vistas à implantação deste processo de remodelagem da burocracia. Corroborando com esta perspectiva, Corrêa, Coelho e Almeida (2015) acrescentam que os governos municipais também criaram as carreiras de EPPGG ou correlatas. Tais municípios encontram-se nos Estados de Alagoas, Sergipe, Mato Grosso, Goiás, Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo, São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná e Santa Catarina.

Assim, compreende-se que o processo de implementação de carreiras similares, nas três esferas do Poder, foi fundado na necessidade de funções do ciclo de gestão para o aprimoramento da máquina governamental, considerando o processo de descentralização e a complexificação da gestão local (CORRÊA; COELHO; ALMEIDA, 2015).

2.2 TEORIA DO CAPITAL HUMANO

O termo capital humano refere-se ao conjunto de capacidades produtivas dos seres humanos formadas pelos conhecimentos, atitudes e habilidades e que geram resultados em uma economia (CUNHA, CORNACHIONE JR.; MARTINS, 2010; BAPTISTE, 2001; BECKER, 1962; BLAUG, 1975).

Mincer (1958) foi o precursor da teoria do capital humano e apontou a existência de correlação entre o investimento para a formação das pessoas (trabalhadores) e a distribuição de renda pessoal. Para o autor, era necessário decidir de forma individual e racional entre gastar tempo para obter novos conhecimentos e aplicá-los posteriormente em atividades profissionais ou manter-se no trabalho sem novas formas de treinamento e estudo de novos conhecimentos. Dessa forma, o autor conclui que a dispersão entre os rendimentos pessoais estava associada ao volume de investimento efetuado em capital humano, os quais impactariam na produtividade e no crescimento da economia (MINCER, 1958).

A qualificação e o aperfeiçoamento da população, advindos do investimento em educação, elevariam a produtividade dos trabalhadores e os lucros dos capitalistas, impactando na economia como um todo. Diante disso, a inclusão do capital humano nos modelos de crescimento econômico é uma questão chave para se compreender a dinâmica da economia no longo prazo, uma vez que, até então, esse fenômeno era explicado somente pelo capital natural e capital construído existente entre regiões e países (SCHULTZ, 1964).

Becker (1993) coaduna com este pensamento e alega que o capital humano é um conjunto de capacidades produtivas que uma pessoa pode adquirir, devido à acumulação de conhecimentos gerais ou específicos, que podem ser utilizados na produção de riqueza. Assim sendo, o nível de capital humano de uma população influencia o sistema econômico de diversas formas, com o aumento da produtividade e dos lucros, com o fornecimento de maiores conhecimentos e habilidades, dentre outras.

Segundo Almeida e Pereira (2000), a melhoria do nível de educação ou de habilidades dos trabalhadores, adquiridas por meio de treinamento ou de conhecimentos específicos, são fatores importantes para o crescimento econômico. O capital humano é um importante

dispositivo para amenizar as disparidades regionais, homogeneizando o crescimento e o desenvolvimento socioeconômico entre regiões.

Viana e Lima (2010) ressaltaram que existe, ao longo do tempo, uma forte conexão entre investimento em capital humano e o valor econômico do ser humano, uma vez que, quanto mais investimentos em Educação, maior a tendência de elasticidade de sua produtividade, refletindo em maiores rendimentos, maior eficiência, influenciando na dinâmica e no desempenho do crescimento econômico nacional.

A partir do pressuposto de que o capital humano é representado pelo nível de Educação de uma sociedade, influenciando direta ou indiretamente no crescimento econômico de uma região, também se pode dimensionar seus benefícios ou externalidades gerados para a sua população. A Educação é vista não somente como um determinante do crescimento e progresso econômico, mas também como um dinamizador de externalidades positivas para a sociedade (VIANA; LIMA, 2010).

2.3 CONDIÇÃO FINANCEIRA GOVERNAMENTAL

Segundo Wang, Dennis e Tu (2007), a condição financeira é a capacidade governamental de fornecer serviços de forma adequada para atender obrigações presentes e futuras, podendo ser medida por alterações cumulativas nos ativos líquidos, patrimônio líquido e fluxos líquidos de caixa.

Beauregard (1998) corrobora com este entendimento e defende que a situação financeira de um município representa a sua capacidade de obter receitas suficientes para fazer face às suas obrigações presentes e futuras.

Por outro lado, Miller (2001) funda o conceito de condição financeira na satisfação das obrigações financeiras do governo, a depender do grau de necessidade dos gastos na correspondência aos recursos disponíveis. O autor acredita que é a partir da relação entre a pressão por gastos acessíveis que a condição financeira pode ser mensurada.

Para Diniz, Macedo e Corrar (2012), o equilíbrio entre despesa e recursos disponíveis torna-se peça essencial na definição da condição financeira de um município. Neste contexto, Portman (2000) afirma que determinado governo, que lida com baixo índice de despesas fixas e tem capacidade significativa para elevar suas receitas, goza de boa saúde financeira. Já, um governo com pressões consideráveis para aumentar seu orçamento, mas pouca capacidade de auferir renda nova evidencia uma condição financeira desfavorável.

Segundo Groves e Valente (2003) e Santos (2019), a condição financeira governamental provém dos fatores financeiros, que por sua vez devem ser formados pela:

- a) solvência de caixa referente à capacidade do governo em honrar os seus compromissos financeiros de curto prazo;
- b) solvência orçamentária que relaciona as entradas e saídas de recursos, identificando a capacidade do governo gerar receitas suficientes dentro do seu orçamento para cumprir com as suas despesas orçamentárias;
- c) solvência de longo prazo, que trata da capacidade do governo em arcar com seus compromissos, nos curto e longo prazos, no decorrer dos exercícios subsequentes; e
- d) solvência do nível de serviços, que é a capacidade do governo atender às demandas da população, oferecendo os serviços necessários com a qualidade que os seus cidadãos almejam (GROVES; VALENTE, 2003; SANTOS, 2019).

Lima e Diniz (2016) afirmam que a condição financeira governamental é influenciada por fatores internos e externos às entidades públicas, capazes de prever e explicar os problemas financeiros enfrentados pelos governos, dentre eles problemas com a população, como setor da indústria, do comércio e de serviços.

2.3.1 Modelos de indicadores de desempenho e modelos de mensuração da condição financeira governamental

2.3.1.1 Modelos de indicadores de desempenho

A tarefa de estruturar um conjunto de indicadores de avaliação é por si só, uma tarefa complexa, independentemente da área em que se pretende trabalhar, pois avaliar, em última análise, significa atribuir valor em sentido qualitativo ou mesmo quantitativo (SCHMIDT; SANTOS; MARTINS, 2006).

Lucena (2011) afirma que medir o desempenho das organizações do setor público sempre foi uma tarefa difícil. No entanto, com pressões contínuas de responsabilidade, prestação de contas e com a constante busca pela eficácia e eficiência no processo de gestão, as necessidades vêm aumentando neste setor.

Neste contexto, a avaliação de desempenho não pode ocorrer de forma isolada. Ela precisa estar ligada diretamente às estratégias e planos de cada organização. Dada à premissa

de que “o que é medido é o que se faz”, então um sistema de medição de desempenho inadequado ou insuficiente pode ter uma importante consequência negativa para toda a organização e para aqueles a quem se fornecem os serviços (LUCENA, 2011, p.).

Segundo Modell (2001), os aspectos institucionais como avaliação de desempenho em organizações do setor público estão atraindo o interesse por pesquisas nesta área. Assim sendo, Sano e Montenegro-Filho (2013) apresentam modelos para indicadores de desempenho na gestão pública. Tais modelos estão elencados no Quadro 2:

Quadro 2 - Modelos de Indicadores de Desempenho

MODELOS	OBJETIVO
<i>Balanced Scorecard</i>	Modelo adaptado do <i>Balanced Scorecard</i> aos preceitos de uma nova gestão pública moderna e focada nos resultados, preservando as especificidades da área pública que tem como medidas de desempenho: a) eficiência, visando à otimização dos recursos dos contribuintes; b) eficácia, por meio da melhoria da qualidade dos serviços; e c) efetividade, buscando orientar as ações públicas para o atendimento ao cidadão. Assim, é facilmente possível observar o uso de todos os 3Es, além da preocupação com o monitoramento sistemático dos resultados.
Quadro Lógico (QL)	Modelo que visa demonstrar a efetividade dos projetos de cooperação internacional.
Auditorias Operacionais/Desempenho	Modelo utilizado nas Entidades de Fiscalização Superior, como os Tribunais de Contas, ele busca avaliar as organizações públicas em aspectos como eficiência, economicidade, eficácia e efetividade.
Planilhas para avaliação da eficiência na gestão pública	Modelo utilizado por meio de duas planilhas. A primeira possui nove indicadores relacionados à gestão orçamentária, financeira e patrimonial, aos processos de aquisição, ao índice de inovação, a iniciativas sociais e aos serviços prestados. A segunda é empregada para gerar o indicador, “Serviços Prestados”, presente na primeira. É composta por 32 indicadores relacionados a serviços pela Internet, ao atendimento prestado, às instalações, ao processo de solicitação do serviço, à resolução do problema e ao pós-atendimento.
Modelo de gestão do Estado de Minas Gerais	Nos moldes do modelo de gestão desenvolvido pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) juntamente com o Centro Latino-Americano de Administração para o Desenvolvimento (Clad). Caracterizando-se por uma cultura e um instrumental de gestão, orientados a melhorar a eficácia, eficiência, produtividade e efetividade no uso dos recursos do Estado para melhorar os resultados de desempenho das organizações e dos servidores públicos.
Transparência Orçamentária Municipal via Internet (TOM Web)	Modelo que consiste na prestação de contas (<i>accountability</i>) pela Internet. Disponibilizando em tempo real informações pormenorizadas sobre sua execução orçamentária e financeira. Seu foco são os municípios, tendo em vista que os estados e principalmente o governo federal já adotam ferramentas similares.

Fonte: Adaptado de Sano e Montenegro-Filho (2013).

O modelo do *Balanced Scorecard*, adaptado aos preceitos da gestão pública moderna, focada nos resultados, preserva as especificidades da área pública. Dentre as adaptações, existe a necessidade das medidas de desempenho nas dimensões: (a) eficiência, visando à otimização dos recursos dos contribuintes; (b) eficácia, por meio da melhoria da qualidade

dos serviços e; (c) efetividade, que busca orientar as ações públicas para o atendimento ao cidadão. Assim, é possível observar o uso de todos os 3Es, além da preocupação com o monitoramento sistemático dos resultados.

A metodologia do Quadro Lógico foi criada para demonstrar a efetividade dos projetos de cooperação internacional, ou seja, ao contrário do modelo anteriormente apresentado, ela não possui elementos da lógica empresarial.

O terceiro modelo destaca as Entidades de Fiscalização Superior, como os Tribunais de Contas, que por sua vez estão sendo cada vez mais demandadas para realizar trabalhos qualitativos. Estas auditorias são denominadas operacionais ou de desempenho e buscam avaliar as organizações públicas em aspectos como eficiência, economicidade, eficácia e efetividade.

Há ainda duas planilhas para a avaliação da eficiência na gestão pública. A primeira possui nove indicadores relacionados à gestão orçamentária, financeira e patrimonial, aos processos de aquisição, ao índice de inovação, às iniciativas sociais e aos serviços prestados. O alcance destas informações é restrito, considerando-se que o preenchimento desta planilha é realizado por profissional com amplo acesso a tais informações, como o gestor do órgão público. A segunda planilha é empregada para gerar o indicador, “Serviços Prestados”, presente na primeira planilha. Ela deve ser preenchida pelos cidadãos, usuários ou beneficiários dos serviços prestados pelo órgão público. É composta por 32 indicadores relacionados a serviços pela Internet, ao atendimento prestado, às instalações, ao processo de solicitação do serviço, à resolução do problema e ao pós-atendimento.

O quinto modelo de gestão, adotado pelo Estado de Minas Gerais, é conduzido pelo Programa Estado para Resultados, nos moldes do modelo de gestão desenvolvido pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), juntamente com o Centro Latino-Americano de Administração para o Desenvolvimento (CLAD). Assim, a gestão estadual passou a ser orientada para resultados, caracterizando-se por uma cultura e um instrumental de gestão, orientados a melhorar a eficácia, eficiência, produtividade e efetividade no uso dos recursos do Estado, tendo em vista o aprimoramento dos resultados de desempenho tanto das organizações, como dos servidores públicos.

O sexto e último modelo é a adoção da Transparência Orçamentária Municipal via Internet (TOM Web), que consiste na prestação de contas (*accountability*) pela Internet, disponibilizando em tempo real informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira. O foco deste modelo são os municípios, tendo em vista que os Estados e principalmente o governo federal já adotam ferramentas similares. A transparência,

possibilitada por essa ferramenta, é um pré-requisito da eficiência nas novas formas de governar.

2.3.1.2 Modelos de mensuração da condição financeira

A condição financeira é a capacidade de um governo prestar serviços e cumprir suas obrigações futuras (GASB, 1987; SANTOS, 2019). Neste sentido, a condição financeira é, em parte, a junção dos fatores financeiros necessários para a concepção dos gastos com os serviços demandados pela população (HONADLE; COSTA; CIGLER, 2004; GROVES; VALENTE, 2003; SANTOS, 2019).

Santos (2019) entende que o contexto no qual os Estados estão inseridos, bem como os fatores exógenos comuns, influenciam o comportamento das organizações e consequentemente sua condição financeira. A condição financeira governamental não tem conceito objetivo e único. Logo, sua definição, bem como seus métodos depende da abordagem defendida por cada autor, considerando, ou não, fatores externos à organização.

Ramsey (2013) classificou os modelos, conforme sua orientação sistêmica:

- a) modelos fechados: têm como base de análise os dados fornecidos pela organização;
- b) modelos abertos: têm como base de análise, além dos dados internos da organização, as variáveis ambientais que são externas à organização;
- c) modelos quase abertos: têm como base de análise tanto variáveis internas como externas à organização.

O Quadro 3 aponta as distinções entre os modelos utilizados para medição da condição financeira governamental.

Quadro 3 - Modelos de Mensuração da Condição Financeira

Autores	Orientação Sistêmica	Descrição do modelo
Berne e Scharmm (1986)	Fechado	O modelo consiste em organizar e interpretar uma variedade de indicadores financeiros, por meio de uma comparação ao longo do tempo, de jurisdições componentes de um grupo de referência, através do cálculo de quocientes de localização.
Brown (1993)	Fechado	O modelo apresenta um conjunto de 10 indicadores, destacando os principais determinantes da condição financeira. É destinado à avaliação da condição financeira de curto prazo.
		O modelo busca avaliar a tendência de cinco anos da

Alter, McLaughlin e Melniker (1995)	Fechado	capacidade fiscal, para projetar receitas e despesas de pequenos governos locais.
Wang, Dennis e Tu (2007)	Fechado	O modelo fundamenta-se na relação cíclica estabelecida entre a condição financeira do governo e a condição socioeconômica da população.
Zafra-Gómez, Lopez-Hernandez e Hernández-Bastida (2009)	Fechado	O modelo adota quatro dimensões de solvência para determinação da condição financeira e adiciona indicadores sobre a qualidade dos serviços prestados à população.
Hughes e Laverdiere (1986)	Quase Aberto	O modelo busca proporcionar informações para a tomada de decisão sobre alocação orçamentária.
Groves e Valente (2003)	Quase Aberto	O modelo consiste na criação de uma ferramenta gerencial que identifica os fatores que afetam a condição financeira, por meio da análise conjunta de informações internas e externas à organização.
Hendrick (2004)	Aberto	O modelo avalia a condição financeira e a saúde fiscal dos municípios.
Kavanagh (2007)	Aberto	O modelo aborda fatores ambientais externos à organização, envolvendo ainda fatores da saúde fiscal do governo.

Fonte: Adaptado de Santos (2019).

Assim, diante dos modelos de mensuração da condição financeira apresentados no Quadro 3, este estudo adota o modelo Brown (1993), que apresenta um teste para avaliar a condição financeira de uma cidade de menor porte e usa dados do Banco de Dados de Indicadores Financeiros da Associação de Diretores de Finanças do Governo (GFOA) para comparar os principais indicadores desta cidade com os de outras centenas de cidades de tamanho semelhante, em todo o país.

Ressalta-se que a avaliação completa das condições financeiras, envolvendo grande número de fatores e indicadores relacionados, pode consumir muito tempo para o município. Logo, as análises de condição financeira podem não fazer parte ou ser pauta do governo, da administração financeira e dos cidadãos. O Quadro 4 apresenta o modelo do teste Brown (1993) adotado no presente estudo:

Quadro 4 - Modelo Brown (1993)

Indicadores	Fórmula	Resultado Esperado
Receita per capita	Receita Total	Quanto maior melhor
	População	
Representatividade da receita própria	Receita Corrente - Transferências Correntes	Quanto maior melhor
	Receita Total	
Participação das receitas de transferências	Transferências Correntes	Quanto menor melhor
	Receita Total	
Participação dos operacionais	Despesa Corrente	

	Despesa Total	Quanto menor melhor
Cobertura de despesas	Receita Total	Quanto maior melhor
	Despesa Total	
Recursos para cobertura de queda de arrecadação	Superávit Financeiro	Quanto maior melhor
	Receita Total	
Recursos para cobertura de obrigações de curto prazo	Disponibilidades	Quanto maior melhor
	Obrigações de Curto Prazo (PC)	
Comprometimento das receitas correntes com as obrigações de curto prazo	Obrigações de Curto Prazo (PC)	Quanto menor melhor
	Receita Corrente Líquida	
Dívida per capita	Dívida Consolidada	Quanto menor melhor
	População	
Comprometimento das receitas correntes com o endividamento	Dívida Consolidada	Quanto menor melhor
	Receita Corrente Líquida	

Fonte: Adaptado de Brown (1993).

2.4 MODELO BROWN

Segundo Brown (1993), o teste foi desenvolvido porque se observava a necessidade de uma ferramenta rápida e eficaz para a avaliação das condições financeiras, além do aprimoramento da disponibilidade de dados comparativos de uma cidade, fornecidos pelo Banco de Dados de Indicadores Financeiros, publicado em 1992, pela GFOA. Neste sentido, o modelo baseia-se em 10 indicadores, considerados úteis para avaliar quatro fatores financeiros básicos para uma cidade: receitas, despesas, posição operacional e estrutura de dívida.

Corroborando com Brown (1993), Honadle e Lloyd-Jones (1998) e Beauregard (1998) defendem que a condição financeira de uma municipalidade pode ser medida a partir de indicadores que apresentem quatro vertentes: estrutura de financiamento (perfil das receitas); condicionamento de aplicação das despesas; estrutura operacional e; estrutura da dívida pública.

Nobre, Diniz e Araújo (2019) afirmam que o modelo Brown é um dos mais utilizados na literatura, visto ser um modelo fechado, onde a coleta dos dados é mais acessível, uma vez que modelos abertos, por englobarem variáveis externas, apresentam maior dificuldade de determinação. Portanto, o modelo Brown apresenta maior precisão na mensuração da condição financeira. Os autores acrescentam que a operacionalização deste modelo é dada

pela interpretação de dados financeiros, que são extraídos dos relatórios contábeis, utilizados para encontrar indicadores, que podem resultar na análise de vários exercícios.

Borges (2020) e Souza, Miranda e Freitas (2020) coadunam do mesmo pensamento quando dizem que o modelo Brown é uma ferramenta de fácil uso para avaliar a condição financeira dos municípios, sendo que a característica que torna o modelo apropriado para a realidade dos municípios brasileiros é a sua simplicidade.

O Teste dos 10 Indicadores é efetuado em três etapas. A primeira é o Cálculo dos Indicadores, que consiste no cálculo dos 10 indicadores de uma cidade, conforme consta no Quadro 4. No Quadro 5 destaca-se o aspecto a ser avaliado por cada indicador:

Quadro 5 - Aspectos Avaliados pelo Modelo Brown (1993)

Indicadores	Fórmula	Resultado Esperado	Aspecto Avaliado
Receita per capita	Receita Total	Quanto maior melhor	Receitas
	População		
Representatividade da receita própria	Receita Corrente - Transferências Correntes	Quanto maior melhor	
	Receita Total		
Participação das receitas de transferências	Transferências Correntes	Quanto menor melhor	
	Receita Total		
Participação dos operacionais	Despesa Corrente	Quanto menor melhor	Despesas
	Despesa Total		
Cobertura de despesas	Receita Total	Quanto maior melhor	
	Despesa Total		
Recursos para cobertura de queda de arrecadação	Superávit Financeiro	Quanto maior melhor	Posição Operacional
	Receita Total		
Recursos para cobertura de obrigações de curto prazo	Disponibilidades	Quanto maior melhor	
	Obrigações de Curto Prazo (PC)		
Comprometimento das receitas correntes com as obrigações de curto prazo	Obrigações de Curto Prazo (PC)	Quanto menor melhor	
	Receita Corrente Líquida		
Dívida per capita	Dívida Consolidada	Quanto menor melhor	Estrutura da Dívida
	População		
Comprometimento das receitas correntes com o endividamento	Dívida Consolidada	Quanto menor melhor	
	Receita Corrente Líquida		

Fonte: Adaptado de Brown (1993).

A segunda etapa é a Comparação entre as Cidades, após o resultado da aplicabilidade dos dados financeiros nos 10 indicadores propostos por Brown (1993). A terceira etapa é a Classificação da Condição da Cidade, sendo que para obter esta classificação, deve-se completar a planilha de condição financeira que contém as proporções calculadas para cidade. O Quadro 6 atribui pontos a cada um dos indicadores, de acordo com o quartil:

Quadro 6 - Planilha de Condição Financeira

Planilha de Condição Financeira						
Indicadores	Resultados	Quartil 1 (0 a 25)	Quartil 2 (25 a 50)	Quartil 3 (50 a 75)	Quartil 4 (75 a 100)	Pontuação da Cidade
Receita Total	1. _____	-1	0	+1	+2	_____
População						
Receita Corrente - Transferências Correntes	2. _____	-1	0	+1	+2	_____
Receita Total						
Transferências Correntes	3. _____	-1	0	+1	+2	_____
Receita Total						
Despesa Corrente	4. _____	-1	0	+1	+2	_____
Despesa Total						
Receita Total	5. _____	-1	0	+1	+2	_____
Despesa Total						
Superávit Financeiro	6. _____	-1	0	+1	+2	_____
Receita Total						
Disponibilidades	7. _____	-1	0	+1	+2	_____
Obrigações de Curto Prazo (PC)						
Obrigações de Curto Prazo (PC)	8. _____	-1	0	+1	+2	_____
Receita Corrente Líquida						
Dívida Consolidada	9. _____	-1	0	+1	+2	_____
População						
Dívida Consolidada	10. _____	-1	0	+1	+2	_____
Receita Corrente Líquida						

Fonte: Adaptado de Brown (1993).

A cada quartil é atribuída uma pontuação, que varia de - 1 a + 2. Essa escala foi projetada para permitir que apenas cidades com proporções acima do percentil 50 (quartil 3 ou acima) obtenham uma pontuação geral positiva. Uma cidade com todos os seus

indicadores no quartil 3 está acima do percentil 50 entre todas as cidades e recebe uma pontuação 10 no teste de 10 pontos. Uma cidade com todas as proporções no quartil 2 (percentil 25 a 50) recebe uma pontuação geral de 0, enquanto uma cidade com todas as proporções no quartil 1 (percentil de menos de 25) recebe uma pontuação geral negativa de -10 pontos. Para determinar a pontuação geral da cidade, é necessário transferir os pontos circulados em cada indicador na seção C, para os espaços em branco, correspondentes na seção D e depois somar a coluna.

A escala de classificação sugerida por Brown (1993) indica as proporções favoráveis e desfavoráveis para obter a "pontuação" geral para uma cidade em relação às outras cidades constantes do banco de dados. Para determinar a condição financeira de uma cidade em relação à condição de outras cidades, sua pontuação geral, determinada na planilha de condição financeira apresentada no Quadro 6, é comparada com a escala de classificação exposta no Quadro 7.

Quadro 7 - Escala de Classificação da Condição Financeira

Score Geral	Condição Financeira
10 ou mais	Entre as melhores
5 a 9	Melhor que a maioria
1 a 4	Na média
0 a -4	Pior que a maioria
-5 ou menos	Entre as piores

Fonte: Adaptado de Brown (1993).

A escala de classificação inclui apenas interpretações relativas (ou seja, melhores ou piores), em vez de termos absolutos, como boas ou más condições financeiras.

2.5 MODELO CAPAG

Segundo Côrtes (2020), a Avaliação da Capacidade de Pagamento (CAPAG) dos Estados, é o principal indicador de saúde fiscal dos Entes Subnacionais, realizada no âmbito da Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Há uma integração entre a metodologia da CAPAG e o Programa de Ajuste Fiscal dos Estados brasileiros, que busca garantir o endividamento sustentável aos entes subnacionais que monitora a possibilidade de obtenção de operação de crédito. A apuração da CAPAG é composta pela ponderação de três indicadores: Endividamento, Popança Corrente e Índice de Liquidez.

Pellegrini (2017) indica que o cálculo da CAPAG é necessário quando os governos regionais pleiteiam operações de crédito interno e externo com aval ou garantia da União, exigência do artigo 23, da Resolução do Senado n. 43, de 2001. O cálculo da CAPAG corresponde a uma avaliação da situação fiscal desses entes, o que, além de sintetizar essa situação em uma simples nota. A própria STN passou a calcular e divulgar as notas de todos os Estados de modo regular, independentemente da existência de pedidos de aval ou garantia para operações de crédito. Enfim, trata-se de informação bastante útil para melhor compreender as finanças dos entes subnacionais.

Segundo Pellegrini (2017), a metodologia de classificação da capacidade de pagamento dos Estados baseia-se nos indicadores de: (a) endividamento; (b) poupança corrente e; (c) liquidez. O indicador de endividamento (DC) utilizado é dado pela relação entre a dívida consolidada bruta e a receita corrente líquida, do exercício anterior. É um indicador de dívida bem similar ao divulgado regularmente pela STN em sua página eletrônica, empregado para calcular os limites de endividamento dos entes subnacionais na Lei de Responsabilidade Fiscal e na Resolução do Senado n. 40, de 2001. A diferença é a utilização no numerador da dívida bruta e não da dívida líquida. Essa última é deduzida das disponibilidades de caixa e outros haveres prontamente disponíveis para utilização dos entes. Portanto, o uso do conceito bruto desconsidera as disponibilidades no cálculo, o que pode ser explicado pela inclusão dessa variável no indicador de liquidez. Se a dívida líquida fosse utilizada, as disponibilidades seriam consideradas duplamente.

O indicador de poupança corrente (PC) corresponde à relação entre despesas correntes e receitas correntes ajustadas, apuradas pela média ponderada dos três exercícios anteriores, sendo, peso de 50% para o exercício imediatamente anterior e 30% e 20% para os outros dois exercícios. O ajuste é feito por meio da exclusão da receita utilizada na formação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB). Trata-se de um indicador de poupança, pois não inclui as despesas e as receitas de capital. Quanto menor o indicador, melhor, pois maior a capacidade da receita corrente de financiar investimentos e/ou amortizar a dívida, além da própria despesa corrente, inclusive juros. Observe-se que o cálculo da CAPAG escolheu a poupança corrente, e não o resultado primário (receita não financeira deduzida de despesa não financeira), indicador central na institucionalidade fiscal do país.

Por fim, o indicador de liquidez (IL) consiste na relação entre as obrigações financeiras e a disponibilidade de caixa bruta do exercício anterior, considerando-se apenas as fontes de recursos não vinculadas. O indicador apura a existência de recursos prontamente

utilizáveis e não vinculados a determinados destinos para fazer frente às obrigações financeiras de curto prazo.

Escolhidos os três indicadores, a cada um deles são atribuídas as notas A, B e C, em função do valor assumido em cada situação. A Tabela 1 informa as faixas de valores e as respectivas notas. Por exemplo, em relação ao endividamento, o ente receberá nota A, se o seu indicador de endividamento for inferior a 60%. Se for igual ou maior que 60%, mas inferior a 150%, a nota será B. Por fim, se o indicador for igual ou maior do que 150%, a nota será C.

Tabela 1- Indicadores, Faixas e Notas Parciais

Indicadores	Faixas	Notas
Endividamento (DC) Dívida consolidada bruta / receita corrente líquida	DC < 60 % DC = ou > que 60% e < 150% DC = ou > 150%	A B C
Poupança corrente (PC) Despesas correntes / receitas correntes ajustadas	PC < 90% DC = ou > 90% e < 95% DC = ou > 95%	A B C
Índice de liquidez (IL) Obrigações financeiras / disponibilidades de caixa bruta	IL < 1 IL = ou > 1	A C

Fonte: Adaptado de Pellegrini (2017).

Depois que cada indicador recebe uma nota, atribui-se, de acordo com a Tabela 2, a nota final do ente. Há, portanto, uma nota parcial, associada a cada indicador, e a nota final que leva em conta as três notas parciais. O único modo de receber A, a melhor nota final, é tirar A nos três indicadores. Já o único modo de tirar a pior nota, D, é tirar C nos três indicadores. Já a nota B ou C pode ocorrer em algumas situações. Para ter nota final B, é necessário que o ente receba a nota A para o indicador de liquidez e pelo menos a nota B para o indicador de poupança corrente. Não importa qual a nota do indicador de endividamento. Todas as outras combinações resultam em nota final C. A importância advinda da obtenção das notas finais A e B se deve ao fato de se tratar de condição necessária para que o ente receba garantia da União em operações de crédito interno e externo e assim figure como “Aceito” na CAPAG, enquanto que as notas finais C e D fazem com o Estado figure como “Não Aceito” na CAPAG.

Tabela 2 - Cálculo da Nota Final

Endividamento (DC)	Poupança Corrente (PC)	Índice de Liquidez (IL)	Nota Final
A	A	A	A
B	A	A	B
C	A	A	B
A	B	A	B
B	B	A	B
C	B	A	B
C	C	C	D
Demais			C

Fonte: Adaptado de Pellegrini (2017).

Isto posto, é possível detalhar as hipóteses deste estudo:

H1: Existe relação entre os gestores terem Graduação e/ou Pós-Graduação em qualquer área, Contabilidade, Administração e Economia e melhores condições financeiras dos Estados.

Tendo em vista a primeira hipótese deste estudo, que busca testar os gestores que possuem graduação e/ou Pós-Graduação, são apresentadas as hipóteses pormenorizadas a partir dos dois modelos apresentados de: Brown (1993) e CAPAG:

H1_a: Gestores com graduação em qualquer área têm relação com melhores condições financeiras dos Estados brasileiros;

H1_b: Gestores com graduação em Contabilidade têm relação com melhores condições financeiras dos Estados brasileiros;

H1_c: Gestores com graduação em Administração têm relação com melhores condições financeiras dos Estados brasileiros;

H1_d: Gestores com graduação em Economia têm relação com melhores condições financeiras dos Estados brasileiros;

H1_e: Gestores com Pós-Graduação em qualquer área têm relação com melhores condições financeiras dos Estados brasileiros;

H1_f: Gestores com Pós-Graduação em Contabilidade têm relação com melhores condições financeiras dos Estados brasileiros;

H1_g: Gestores com pós-graduação em Administração têm relação com melhores condições financeiras dos Estados brasileiros;

H1_h: Gestores com Pós-Graduação em Economia têm relação com melhores condições financeiras dos Estados brasileiros.

Ainda há as hipóteses de controle, que são testadas neste estudo:

H2: Gestores com mais tempo (experiência) tem relação com melhores condições financeiras dos Estados brasileiros;

H3: A arrecadação de tributos relativa a Serviços tem relação com melhores condições financeiras dos Estados brasileiros.

Sendo assim, espera-se das hipóteses apresentadas, que ao final deste estudo gestores qualificados e a arrecadação de tributos relativa a Serviços apresentem relação com melhores condições financeiras dos Estados.

2.6 ESTUDOS ANTERIORES

Foram realizadas pesquisas para levantar trabalhos publicados na literatura nacional e internacional sobre a condição financeira governamental, modelo Brown (1993) e CAPAG, demonstrando sua aplicabilidade no contexto brasileiro. O Quadro 8 apresenta os achados desta investigação.

Quadro 8 - Estudos Anteriores

Autores	Ano	Objetivo	Variáveis	Modelo
Marcos Laranja Ribeiro, Marcelo Álvaro da Silva Macedo e Claudia Ferreira Cruz	2021	Investigar os determinantes do nível de efetividade dos gastos dos Estados brasileiros nas áreas de Saúde, Educação e Segurança Pública.	Foram utilizadas as variáveis: eficiência, condição financeira, ano eleitoral e renda per capita, além de outras variáveis de controle.	Brown (1993)
Daniele Mendes Caldas Antunes	2018	Avaliar a relação da condição financeira como artefato condicionante ao desempenho dos municípios gaúchos.	Foram utilizadas as variáveis do modelo Brown (1993), tendo como variável de controle a população.	Brown (1993)
Alex Junior Silveira de Moraes	2018	Avaliar o comportamento das receitas nas capitais brasileiras sobre a diversificação e elasticidade frente à condição financeira governamental.	Condição Financeira Governamental, Diversificação dos tributos arrecadados: IPTU, ISS e ITBI e Elasticidade com relação ao PIB dos tributos mencionados.	Brown (1993)
Anaizy Tenório de Melo, Andreza Cristiane Silva de Lima, Valdemir da Silva e Carlos Everaldo da Silva Costa	2020	Identificar os impactos da retração econômica nos indicadores da condição financeira dos municípios do Estado do Rio de Janeiro, a partir do modelo de Brown (1993) no período de 2015 a 2017.	Foram utilizadas as variáveis do modelo Brown (1993), com o intuito de avaliar o grau de associação entre si.	Brown (1993)

Delci Grapégia Dal Vesco, Nelson Hein e Jorge Eduardo Scarpin	2014	Verificar a diferença dos indicadores de desempenho econômico e financeiro, propostos por Brown (1993), em municípios na região Sul do Brasil com até 100 mil habitantes.	Foram utilizadas as variáveis do modelo Brown (1993), tendo como variável de controle a população.	Brown (1993)
Maria Gabriela Barbosa Borges	2020	Analisar o impacto da Covid-19 nas receitas tributárias e na condição financeira dos Estados do Sudeste brasileiro.	Receitas tributárias estaduais, sendo as correntes e total, segmentadas por ICMS, IPVA e ITCMD, bem como despesas correntes e total.	Brown (1993)
Carla Janaina Nobre, Josedilton Alves Diniz Ronaldo José Régio Araujo,	2019	Verificar a relação entre a condição financeira e o nível de transparência fiscal dos municípios paraibanos.	Índice de Transparência Total (TCE-PB) e condição financeira.	Brown (1993)
Josedilton Alves Diniz, Marcelo Alvaro da Silva Macedo e Luiz João Corrar	2012	Avaliar a eficiência financeira e mensurar sua relação com os gastos nas funções de governo em municípios que possuem uma população superior a 200 mil habitantes em 2007.	Condição Financeira e as despesas em nível de função de governo instituídas nas leis orçamentárias dos municípios.	Brown (1993)
Cláudia Azevedo Côrtes	2019	Avaliar a existência de espaço fiscal suficiente para o controle do déficit financeiro do Distrito Federal, considerando a capacidade de pagamento e o endividamento distrital.	Receita primária total e Despesa primária total.	CAPAG
Felipe Zeraik Lima	2019	Descrever e analisar os indicadores de sustentabilidade fiscal no âmbito do Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal (PAF), da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e da Capacidade de Pagamento (CAPAG), do estado do Paraná.	Receita total e Despesa total.	PAF, LRF e CAPAG
Luciano Cardoso de Barros Filho, Claudia Azevedo Côrtes e Jorge Madeira Nogueira	2020	Propor indicador para medir a margem que os entes subnacionais possuem em suas finanças para absorverem novos gastos.	Receita pública e Despesa pública.	CAPAG
Clara Paredes Martins	2022	Observação e a análise da evolução dos precatórios estaduais e a consequente repercussão de tais ativos nas respectivas finanças	Precatórios e Dívida Consolidada.	CAPAG

		públicas estaduais. Em especial no modo como a evolução destes ativos pode impactar a capacidade dos estados em obter empréstimos com o aval da União.		
--	--	--	--	--

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

De todo o exposto até o momento, depreende-se a importância da qualificação do gestor público e das boas condições financeiras dos entes estaduais, verificadas por meio de seus indicadores.

3 METODOLOGIA

Este capítulo consiste na metodologia, em que são apresentadas as estratégias de pesquisa, a definição das variáveis, análises e a especificação dos modelos que foram utilizados com o intuito de responder ao problema de pesquisa e à seleção da amostra.

3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

Com relação à abordagem do problema, a pesquisa é classificada como quantitativa. Raup e Beuren (2006, p. 92) explicam que esta abordagem se caracteriza “pelo emprego de instrumentos estatísticos, tanto na coleta quanto no tratamento dos dados”. Richardson (1999) complementa, ressaltando que a principal diferença entre pesquisa qualitativa e quantitativa é que a primeira não utiliza ferramentas estatísticas para realizar a análise dos dados obtidos, ou seja, não objetiva a quantificação deles.

Quanto aos objetivos, a pesquisa é classificada como descritiva. Segundo Gil (2006), pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população, fenômeno ou estabelecimento de relações entre variáveis. O autor salienta que uma das características mais significativas desta modalidade de pesquisa está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados.

Quanto aos procedimentos, o estudo é classificado como documental, devido à forma como a investigação é realizada e conduzida com relação à coleta de dados, considerando-se o uso de demonstrativos contábeis e fiscais, disponibilizados pelo banco de dados, Finanças do Brasil (FINBRA). De acordo com Gil (2006), enquanto na pesquisa bibliográfica as fontes são constituídas, sobretudo por material impresso, constante nas bibliotecas, na pesquisa documental, as fontes são muito mais diversificadas e dispersas.

3.2 BASE DE DADOS E A TRAJETÓRIA DA PESQUISA

Antes de dar continuidade à questão metodológica, descreve-se como o pesquisador do presente estudo chegou ao problema de pesquisa.

Sendo o pesquisador funcionário público da Câmara Municipal de Duque de Caxias, no Estado do Rio de Janeiro, o interesse pela melhoria da qualidade da gestão sempre esteve presente na sua carreira. Assim, a ideia de pesquisar a existência da correlação entre a qualificação do gestor público e a condição financeira dos órgãos públicos, a partir do modelo

Brown (1993) e CAPAG, foi amadurecendo durante a disciplina de Gestão Pública, ministrada pelas professoras Fernanda Filgueiras Sauerbronn e Claudia Ferreira da Cruz. Destaca-se que a ideia inicial era pesquisar apenas o município de Duque de Caxias, porém o modelo Brown identifica a condição financeira de uma cidade a partir da comparação com outros municípios. A escolha por Duque de Caxias fundou-se no fato do pesquisador ser servidor público deste município e atuar como Coordenador de Contabilidade da Câmara de Vereadores.

A segunda ideia foi pesquisar os municípios que tivessem acima de 900.000 habitantes da região Sudeste, entre os anos de 2017 e 2019, o que fez o total de sete (7) municípios, dentre eles, Duque de Caxias. Entretanto, a amostra ainda se mostrava pequena para rodar a regressão e estabelecer a relação entre as variáveis escolhidas.

Deste modo, a ideia evoluiu para pesquisar todos os Estados da Federação, fato que aumentou a amostra e viabilizou a regressão. O objeto da pesquisa, então, foi redirecionado de municípios para Estados e para descobrir a qualificação de cada gestor - Secretário Estadual de Fazenda -, bem como para apurar a condição financeira de cada Estado. Considerando-se que o modelo Brown (1993) foi desenvolvido, basicamente, para averiguar a condição financeira de municípios, ter como objeto os Estados poderia ser um fator de não aplicabilidade do modelo, porém, após pesquisas na literatura internacional, foi encontrado o trabalho de Laranja Ribeiro, Macedo e Cruz, publicado no III Congresso Internacional de Contabilidade Pública, em 2021, que investigou os determinantes do nível de efetividade do gasto dos Estados brasileiros nas áreas de Saúde, Educação e Segurança Pública, tomando como variáveis independentes a eficiência, a condição financeira, o ano eleitoral e a renda per capita.

Salienta-se que, durante esta pesquisa ocorreu um fato interessante, que demonstra a dificuldade que pesquisadores podem encontrar no decorrer das investigações científicas sobre o tema. Como a qualificação do gestor público do Estado de Tocantins não estava publicada no portal de transparência daquele Estado, o pesquisador precisou contatar a servidora da assessoria de comunicação da referida Unidade Federativa, que por sua vez fez as seguintes indagações: (a) perguntou se um *e-mail* com as informações sobre a qualificação do gestor seria suficiente – o pesquisador respondeu que deveria haver uma fonte de consulta, logo o *site* com tais informações seria fundamental; (b) a assessora afirmou que, se as informações não foram encontradas, o pesquisador deveria relatar “simplesmente” que não havia as encontrado – o pesquisador respondeu que, enquanto não se esgotasse todas as possibilidades não poderia colocar esta justificativa na pesquisa; (c) a servidora, então,

afirmou que o pesquisador estava “manipulando” a pesquisa; - nesse momento, ele demonstrou sua indignação perguntando se ela havia publicado algum artigo– ela respondeu que sim; o pesquisador replicou - então, deveria saber que, ao publicar algum artigo/pesquisa, as referências têm que ser acessadas para dar veracidade às informações. Por fim, o pesquisador fez uma reclamação formal à Ouvidoria, relatando o fato e solicitando a correção dos atos da servidora. Como resultado, observou-se que foram disponibilizadas, no *site* do Governo do Estado do Tocantins, as informações solicitadas, o que permitiu a finalização daquela etapa da pesquisa. Além disso, o próprio governo do Estado do Tocantins enviou a seguinte resposta:

A Secretaria da Fazenda do Estado do Tocantins externa suas mais sinceras desculpas pelo fato ocorrido, esclarecendo que o posicionamento da servidora não condiz com a postura de atendimento ao público adotado na SEFAZ-TO. Medidas estão sendo adotadas para que casos semelhantes não ocorram novamente.

Isto posto, foi realizada a pesquisa junto aos demais Estados e ao Distrito Federal da República Federativa do Brasil. O intuito foi comparar o Brasil como um todo, a fim de obter um diagnóstico nacional. Apenas quatro (4) Estados não participaram da pesquisa, pois não foi possível captar dados suficientes a respeito da qualificação de seus gestores, são eles: Acre, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Norte e Roraima.

Para investigar a condição financeira foi escolhido, o modelo Brown (1993), o teste de 10 Pontos, já que esse é um veículo conciso e de fácil uso para a comunicação da situação financeira aos governantes de uma cidade. Como já mencionado, Brown (1993) definiu quatro fatores financeiros básicos para uma cidade: (a) receita; (b) despesa; (c) estrutura operacional e; (d) estrutura da dívida. A partir desse marco conceitual, instituíram-se as dez relações financeiras estratégicas e foram analisados os dados financeiros dos Estados e do Distrito Federal, referentes aos anos de 2018 e 2019, bem como a CAPAG que verifica a capacidade de pagamento dos Estados, baseando-se nos indicadores de endividamento, poupança corrente e liquidez.

Justifica-se este corte temporal, pelo fato de que em 2018, terminava a gestão (2015-2018) nos governos estaduais e do Distrito Federal; e em 2019, iniciava-se a gestão atual (2019-2022). Desta maneira, foi possível comparar diferentes gestões, embora, em alguns Estados, os gestores tivessem permanecido em seus cargos (em decorrência da reeleição do governador), o que não foi empecilho para pesquisa e análise da condição financeira de um ano para o outro.

Os dados supracitados foram obtidos no *site* da Secretaria do Tesouro Nacional, nas abas FINBRA e Tesouro Transparente. Na sequência foram aplicados os indicadores de eficiência dos modelos Brown e CAPAG, separadamente, aos dados sobre os gestores.

Para investigar a questão referente à qualificação, optou-se por definir, como gestor público, os Secretários Estaduais de Fazenda dos Estados pesquisados, tendo em vista que esta Secretaria é responsável pela arrecadação de receitas e a realização de despesas. A qualificação do gestor foi definida com base nos seguintes pontos: (a) graduação em qualquer área, bem como na área correlata à Administração Pública, como Contabilidade, Administração e Economia e; (b) Pós-Graduação (*lato sensu e stricto sensu*) em qualquer área e também em Contabilidade, Administração e Economia. Os dados referentes à formação do gestor público foram encontrados nos *sites* de Transparência dos respectivos Estados, além de notícias veiculadas na Internet (conforme Apêndice 1).

A variável tempo como *proxy* de experiência foi incluída, uma vez que se buscou analisar se o tempo (experiência) do gestor influenciava o resultado da condição financeira do órgão público.

Fundando-se na literatura, o estudo também elegeu como variável os serviços prestados pelo órgão público, considerando-se que, de acordo com Lima e Diniz (2016), esta variável faz parte dos fatores internos e externos que influenciam a condição financeira governamental.

Os dados sobre serviços foram obtidos no sítio eletrônico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mais especificamente na Pesquisa Mensal de Serviços (PMS), que tem como objetivo produzir indicadores que permitam acompanhar o comportamento conjuntural dos principais segmentos empresariais não-financeiros do setor de serviços, excluindo-se os da Saúde e da Educação (IBGE, 2020).

3.3 VARIÁVEIS DO ESTUDO

As variáveis dependentes, Condição Financeira (CFjit) e Capacidade de Pagamento (CAPAGjit), foram obtidas com base nos resultados da aplicação do teste dos “10 Pontos” de Brown (1993) e nos indicadores da capacidade de pagamento dos Estados (CAPAG), divulgados regularmente pela STN em sua página eletrônica. As variáveis independentes foram relacionadas à qualificação dos Secretários Estaduais de Fazenda dos Estados pesquisados. Essa variável foi criada com base na qualificação dos gestores, sendo considerado que estes possuíam graduação em qualquer área, ou em Contabilidade,

Administração e Economia e/ou Pós-Graduação em qualquer área, ou em Contabilidade, Administração e Economia. As variáveis de controle foram baseadas em Tempo (tempo em que os gestores permaneceram no cargo) e no Imposto Sobre Serviços (arrecadação de impostos referentes à prestação de serviços).

O Quadro 9 apresenta as variáveis utilizadas na pesquisa. Os dados das variáveis de cada Estado e o ano podem ser observados no apêndice 2.

Quadro 9 - Variáveis

Variável	Tipo	Descrição	Hipótese
CF_{it}	Dependente	Condição Financeira do Estado, após aplicação do modelo Brown (1993).	H1
$CAPAG_{it}$		Capacidade de Pagamento do Estado, após aplicação do CAPAG.	
$Grad_{it}$	Independente	DUMMY, onde é atribuído valor 0 aos gestores que não possuem Graduação em qualquer área, e 1 para os que possuem.	
$GradCont_{it}$		DUMMY, onde é atribuído valor 0 aos gestores que não possuem Graduação em Contabilidade, e 1 para os que possuem.	
$GradAdm_{it}$		DUMMY, onde é atribuído valor 0 aos gestores que não possuem Graduação em Administração, e 1 para os que possuem.	
$GradEco_{it}$		DUMMY, onde é atribuído valor 0 aos gestores que não possuem Graduação em Economia, e 1 para os que possuem.	
$PosGrad_{it}$		DUMMY, onde é atribuído valor 0 aos gestores que não possuem Pós-Graduação em qualquer área, e 1 para os que possuem.	
$PosGradCont_{it}$		DUMMY, onde é atribuído valor 0 aos gestores que não possuem Pós-Graduação em Contabilidade, e 1 para os que possuem.	
$PosGradAdm_{it}$		DUMMY, onde é atribuído valor 0 aos gestores que não possuem Pós-Graduação em Administração, e 1 para os que possuem.	
$PosGradEco_{it}$		DUMMY, onde é atribuído valor 0 aos gestores que não possuem Pós-Graduação em Economia, e 1 para os que possuem.	
$Tempo_{it}$	Controle	DUMMY, onde é atribuído valor 0 aos gestores que ficaram apenas o ano de 2018 no cargo, e 1 para os que ficaram os anos de 2018 e 2019.	H2
$Serv_{it}$		Arrecadação de impostos de empresas prestadoras de serviços.	H3

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

3.4 ANÁLISE DOS TESTES DOS MODELOS

Para condição financeira, foram realizadas análises com base em testes de regressão que, de acordo com Corrar, Paulo e Dias Filho (2007), consistem basicamente em determinar uma função que descreva ou explique o comportamento da variável dependente, com base nos valores de uma (regressão simples), ou mais (regressão múltipla) variáveis independentes. Foi utilizado o modelo de regressão múltipla sendo dados em painel, que também são chamados de dados combinados, por agregar uma combinação de séries temporais e de observações em corte transversal multiplicadas por T períodos.

Para escolher o melhor modelo de dados em painel, dentre os Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) e os Efeitos Fixos ou Efeitos Aleatórios, foram realizados os testes de Chow (MQO x Efeitos Fixos), teste de Breusch-Pagan (MQO x Efeitos Aleatórios) e o teste de Hausman (Efeitos Fixos x Efeitos Aleatórios), conforme orientado por Gujarati e Porter (2011). Para verificar pressupostos dos modelos, foram realizados testes de normalidade dos resíduos, de homocedasticidade dos resíduos e de autocorrelação.

O modelo de regressão múltipla utilizado para verificar a relação da variável dependente, condição financeira com as variáveis independentes é a seguinte:

$$CF_{it} = \beta_0 + \beta_1 Grad_{jit} + \beta_2 PosGrad_{jit} + \beta_3 Controle_{jit} + \varepsilon_{it}$$

Em que:

CF = Variável Dependente (Condição Financeira)

β_0 = Constante

β_1 = Variável *DUMMY* de gestor com Graduação

β_2 = Variável *DUMMY* de gestor com Pós-Graduação

β_3 = Variável de Controle

ε = Erro

Em relação à capacidade de pagamento foi utilizada a regressão logística que, assim como a regressão múltipla, conforme Vaz (2021) e Martins e Theóphilo (2016), correspondem a uma evolução da regressão linear simples por incluir variáveis independentes adicionais ao modelo linear, com o objetivo de melhor explicar o comportamento da variável dependente.

Segundo Souza, Silva e Macedo (2018) e Cunha e Ribeiro (2008, p. 14), “a regressão logística é uma técnica estatística de análise multivariada utilizada em situações em que a variável dependente só pode assumir um entre dois resultados (zero ou um) e, além disso, de natureza qualitativa”. Essa técnica de análise “[...] permite estimar a probabilidade associada à

ocorrência de um determinado evento, utilizando um conjunto de variáveis independentes ou explicativas”. Os autores afirmam ainda que a maior aplicação da regressão logística consiste em identificar o grupo ao qual um item pertence, por isso a variável é caracterizada pelos resultados 0 ou 1, o que caracteriza a ausência ou presença de determinado evento (SOUZA, SILVA; MACEDO, 2018; CUNHA; RIBEIRO, 2008, p. 14).

De acordo com Vaz (2021) e Fávero *et al.* (2009), o objetivo da regressão logística binária é de explicar o comportamento de uma variável dependente categórica binária, a partir da relação com as variáveis independentes que podem incorporar características métricas e não métricas, e com isso, identificar características dos elementos pertencentes a cada grupo da variável categórica em análise, para assim determinar a probabilidade de ocorrência de um evento.

A variável dependente do estudo é caracterizada por dois grupos, sendo os Estados que possuem capacidade de pagamento (aceitos) e os Estados que não possuem capacidade de pagamento (não aceitos). Os resultados das regressões supracitadas foram obtidos mediante a utilização do *software* estatístico: *Gnu Regression, Econometrics and Time-series Library* (GRETSL).

Sendo assim, a equação da regressão logística é representada da seguinte forma:

$$f(z) = 1/1+e^{-(z)} \text{ Equação (1)}$$

O modelo de regressão logística utilizado para verificar a relação da variável dependente CAPAG com as variáveis independentes está descrito da seguinte forma:

$$CAPAG_{it} = \beta_0 + \beta_1 Grad_{jit} + \beta_2 PosGrad_{jit} + \beta_3 Controle_{jit} + \varepsilon_{it} \text{ Equação (2)}$$

Em que:

CAPAG = Variável Dependente (Capacidade de Pagamento)

β_0 = Constante

β_1 = Variável *DUMMY* de gestor com Graduação

β_2 = Variável *DUMMY* de gestor com Pós-Graduação

β_3 = Variável de Controle

ε = Erro

Por fim, substituindo a equação 2 na equação 1, observa-se a seguinte equação logística:

$$f(z) = 1/1+e^{-(\alpha+\sum\beta_ix_i)}$$

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Neste capítulo são apresentados os resultados obtidos na pesquisa. A primeira seção trata da Condição Financeira dos Estados e do Distrito Federal a partir do modelo Brown e CAPAG. A segunda apresenta as Estatísticas Descritivas das Variáveis. Na terceira e última seção, são apresentados os resultados obtidos ao longo da pesquisa.

4.1 CONDIÇÃO FINANCEIRA DOS ESTADOS E DISTRITO FEDERAL

4.1.1 Modelo Brown

Conforme descrito na metodologia, o primeiro modelo utilizado para mensurar a condição financeira foi o de Brown (1993), o teste dos “10 Pontos”. Para a criação da variável de condição financeira foram realizadas algumas etapas, a saber:

- a) cálculo dos dez indicadores propostos por Brown;
- b) comparação entre os Estados e o Distrito Federal, após o resultado da aplicabilidade dos dados financeiros obtidos nos dez indicadores;
- c) classificação da condição financeira dos Estados e do Distrito Federal, dividindo os mesmos em quartis e atribuindo pontuação que variaram de menos dez a mais 20 (-10 a +20), conforme Brown.

Por fim, foi elaborada uma escala de classificação, conforme consta no Quadro 10:

Quadro 10 - Escore de Classificação, Modelo Brown – Anos 2018 e 2019

Ano	Condição Financeira				
	Entre as melhores	Melhor que a maioria	Na média	Pior que a maioria	Entre as piores
2018	Amapá Rio de Janeiro Rio Grande do Sul São Paulo	Minas Gerais Paraná Mato Grosso Rondônia Santa Catarina Tocantins Alagoas Distrito Federal Piauí	Amazonas Espírito Santo Goiás Pernambuco	Bahia Ceará Paraíba Sergipe Maranhão Pará	-
2019	Amapá Minas Gerais Rio Grande do Sul	Paraná São Paulo Tocantins Rio de Janeiro Rondônia Goiás Santa Catarina Alagoas Distrito Federal Amazonas Espírito Santo	Mato Grosso Bahia Ceará Paraíba Pernambuco	Pará Piauí Sergipe	Maranhão

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

É necessário esclarecer que a Lei Complementar Federal n. 159, de 19 de maio de 2017, instituiu o Regime de Recuperação Fiscal dos Estados e do Distrito Federal (RRF). O Estado do Rio de Janeiro, autorizado pela Lei Estadual n. 7.629/2017, aderiu ao regime supracitado, por meio do Plano de Recuperação Fiscal do Estado do Rio de Janeiro (PRF-RJ), enviado à Secretaria do Tesouro Nacional em 31 de julho de 2017. Esse Plano era composto por um conjunto de leis, diagnóstico reconhecendo a situação de desequilíbrio financeiro do Estado e pelo detalhamento das medidas de ajuste, com os impactos esperados e os prazos para a sua adoção.

Assim, ao longo dos anos de 2018 e 2019 foram executadas as exigências contidas no PRF-RJ. Tal fato se encontra demonstrado no Quadro 10, onde o Estado do Rio de Janeiro figura no escore de classificação entre as melhores no ano de 2018, apresentando melhora em relação ao ano de 2017. Porém, conforme o Quadro 11, no ano de 2019, o Estado apresentou uma queda, passando a figurar no escore, melhor que a maioria.

Nazareth e Araújo (2021) verificaram que alguns aspectos do RRF do Rio de Janeiro possibilitaram a melhora no curto prazo, enquanto outros não foram favoráveis à sustentabilidade de indicadores fiscais em longo prazo. A Tabela 3 apresenta as Receitas

Totais, *Royalties* e Despesas Totais, realizadas, pelo Estado do Rio de Janeiro, dados que vão ao encontro da ideia defendida pelas autoras.

Tabela 3 - Desempenho das Receitas e Despesas por Exercício - Valores em Milhares de Reais

Item	2017	2018	2019
Receitas Totais	78.471,5	87.790,7	78.637,2
<i>Royalties</i>	7.138,4	13.339,8	13.051,2
Despesas Totais	83.851,3	84.401,5	73.683,8

Fonte: Adaptado do PRF-RJ. Resolução CSRRF nº 25, de 27 de dezembro de 2019.

Depreende-se da Tabela 3, que, em 2017, após a adesão pelo Estado do Rio de Janeiro ao RRF houve o crescimento nas Receitas Totais e *Royalties*, ocorrendo à queda dessas receitas em 2019. As Despesas Totais mantiveram-se linear no primeiro ano após a adesão ao RRF, caindo em 2019. Estes resultados podem explicar o fato do Estado, mesmo estando em recuperação judicial, figurar em 2018 entre as melhores e em 2019 cair para o *score* melhor que a maioria.

4.1.2 CAPAG

O segundo modelo utilizado para mensurar a condição financeira foi a CAPAG. Assim, para a criação da variável CAPAG foram realizadas as seguintes etapas:

- cálculo dos indicadores CAPAG propostos pela STN;
- verificação da nota dos indicadores da CAPAG;
- classificação da capacidade de pagamento (condição financeira) dos Estados e do Distrito Federal, sendo divididos em “Aceitos” ou “Não Aceitos”, conforme metodologia da STN.

Por fim, foi elaborada a classificação, conforme consta no Quadro11:

Quadro 11 - Escore de Classificação, CAPAG – Anos 2018 e 2019

ANO	CAPAG	
	ACEITO	NÃO ACEITO
	Alagoas Amazonas Ceará Espírito Santo	Amapá Bahia Distrito Federal Goiás

2018	Pará Paraíba Paraná Piauí Rondônia São Paulo	Maranhão Mato Grosso Minas Gerais Pernambuco Rio de Janeiro Rio Grande do Sul Santa Catarina Sergipe Tocantins
2019	Alagoas Amazonas Ceará Espírito Santo Pará Paraíba Paraná Rondônia São Paulo	Amapá Bahia Distrito Federal Goiás Maranhão Mato Grosso Minas Gerais Pernambuco Piauí Rio de Janeiro Rio Grande do Sul Santa Catarina Sergipe Tocantins

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

4.2 ESTATÍSTICA DESCRITIVA DAS VARIÁVEIS

Foram calculadas as estatísticas descritivas das variáveis contínuas dos Estados e do Distrito Federal. Os resultados podem ser observados na Tabela 4:

Tabela 4 - Estatística Descritiva das Variáveis Contínuas

Variável	Média	Mediana	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
COND_FIN	4,826	5,000	4,533	-5,000	16,00
SERVIÇO	1,526	1,650	3,326	-5,200	9,100

Fonte: Adaptação do Programa GRETLL.

Conforme os dados estatísticos apresentados na Tabela 4, as médias são das variáveis, condição financeira e serviço, que contam, respectivamente, com 4,83 e 1,53. Em relação à condição financeira, conforme o Quadro 7, seu escore está na média, ou seja, a média supracitada ainda não é considerada melhor que a maioria. Isto pode significar que os Estados, de maneira geral, precisam melhorar sua condição financeira.

O desvio-padrão é relativamente alto para a condição financeira e serviço, respectivamente de 4,53 e 3,33. Isto indica que têm Estados com a condição financeira e a arrecadação de impostos referentes a serviços muito bons e outros muito ruins. Essa discrepância pode ser explicada pela análise do máximo e mínimo, que são 16 e -5,

respectivamente, para condição financeira, bem como máximo de 9,10 e mínimo de -5,20 para serviço.

Também são apresentadas as variáveis *dummy* dos Estados e do Distrito Federal. A Tabela 5 demonstra a quantidade aceita e não aceita da CAPAG e a quantidade de gestores em cada curso, soma dos anos de 2018 e 2019, de todos os Estados e do Distrito Federal, sendo um total de 46 observações:

Tabela 5 - Variáveis *DUMMY*

Variável	Sim	Não	Total
CAPAG	19	27	46
Graduação Geral	17	29	46
Graduação em Contabilidade	07	39	46
Graduação em Administração	11	35	46
Graduação em Economia	14	32	46
Pós-Graduação Geral	15	31	46
Pós-Graduação em Contabilidade	07	39	46
Pós-Graduação em Administração	10	36	46
Pós-Graduação em Economia	07	39	46
Tempo	16	30	46

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Os dados da capacidade de pagamento dos Estados, condição financeira de cada Estado, a qualificação do gestor por Estado, tempo (experiência) do gestor e a arrecadação do Imposto Sobre Serviços por cada Estado podem ser visualizadas no Apêndice 2.

4.3 ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.3.1 Modelo Brown

Conforme descrito na metodologia, para escolher o melhor modelo a ser utilizado, foram realizados os testes de Chow, Breusch-Pagan e de Hausman para a primeira hipótese, sendo definido um α de 5% (cinco por cento).

O primeiro passo foi realizar o Teste de Chow, onde se verificou que o $p\text{-valor} < \alpha$, logo, rejeita H_0 . Então, neste momento, constatou-se os Efeitos Fixos como melhor modelo. O segundo passo foi realizar o teste de Breusch-Pagan, no qual foi observado novamente que, o $p\text{-valor} < \alpha$, dessa forma rejeita H_0 . Assim, o modelo dos Efeitos Aleatórios tornou-se a melhor opção para o momento. Por derradeiro, foi realizado o Teste de Hausman, onde se detectou que o $p\text{-valor} > \alpha$, neste caso aceita H_0 , ratificando o teste anterior. Portanto, o modelo dos Efeitos Aleatórios foi à melhor opção a ser utilizada.

Quanto ao teste de heterocedasticidade, foi necessário corrigir os resultados aplicando o erro padrão de consistência de autocorrelação (HAC). O teste de normalidade apresentou a distribuição normal dos resíduos, enquanto o teste de multicolineariedade demonstrou não haver colinearidade entre as variáveis.

Assim, após rodar as regressões com dados em painel, seguindo o modelo de Efeitos Aleatórios, os seguintes resultados foram obtidos e apresentados na Tabela 6:

Tabela 6 - Resultado do Modelo Efeitos Aleatórios (HAC) da Condição Financeira

$CF_{it} = \beta_0 + \beta_1 Grad_{jit} + \beta_2 PosGrad_{jit} + \beta_3 Controle_{jit} + \varepsilon_{it}$			
	Coefficiente	Erro padrão	Razão-t
Constante	2,01922	2,16923	0,9308
Graduação Geral	2,07827	2,16414	0,9603
Graduação Contabilidade	1,38927	1,72746	0,8042
Graduação Administração	2,30240	1,49884	1,536
Graduação Economia	1,48349	1,93398	0,7671
Pós-Graduação Geral	0,125920	0,938184	0,1342
Pós-Graduação Contabilidade	2,64379 **	1,33075	1,987
Pós-Graduação Administração	0,0231269	1,07288	0,02156
Pós-Graduação Economia	0,101951	1,29385	0,07880
Tempo	0,458379	2,41003	0,1902
Serviço	0,132346	0,106028	1,248

Nota: Os asteriscos são os níveis de significância estatística, sendo: * p < 0,10; ** p < 0,05; *** p < 0,001

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Observa-se na Tabela 6 que, a variável independente Pós-Graduação Contabilidade, apresentou significância de 5% em relação à variável dependente Condição Financeira em um estudo que contou com o total de 46 amostras, sendo 23 Estados analisados nos anos de 2018 e 2019. Isso explica positivamente que um gestor qualificado com Pós-Graduação em Contabilidade, apresenta melhores relações com a condição financeira dos Estados.

Os Estados que possuem gestores com Pós-Graduação em Contabilidade são Paraíba, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina (2018 e 2019) e o Distrito Federal, conforme a Tabela Condição Financeira (Apêndice 2).

Isso pode explicar os resultados apresentados na Tabela 6 acima, sob a métrica utilizada no modelo Brown, pois ao se fazer a análise comparativa da qualificação dos gestores em relação à variável dependente Condição Financeira, observou-se que no Estado do Piauí, em 2018, o gestor era pós-graduado em Contabilidade e a condição financeira do Estado era de cinco pontos, porém em 2019 o novo gestor não tinha Pós-Graduação em Contabilidade e a condição financeira do Estado caiu, chegando a -1 ponto negativo,

demonstrando discrepância, no que tange ao impacto da qualificação do gestor na condição financeira do Estado do Piauí.

Não foi diferente no Estado do Rio de Janeiro, pois no ano de 2018 o gestor era pós-graduado em Contabilidade e o Estado alcançou a marca de 11 pontos referente à sua condição financeira, chegando a figurar entre as melhores, no escore de classificação, conforme Quadro 10. Entretanto, em 2019, o Estado caiu para oito pontos, passando a figurar no escore, melhor que a maioria, período em que o gestor não era pós-graduado em Contabilidade.

No Estado do Rio Grande do Sul, o gestor, em 2018, não era pós-graduado, já em 2019 o gestor possuía Pós-Graduação em Contabilidade, porém não foi observada mudança na condição financeira do Estado, que apresentou 10 pontos em ambos os anos.

Em Santa Catarina, tanto em 2018 quanto em 2019, o gestor foi o mesmo e tinha Pós-Graduação em Contabilidade. A respeito da condição financeira do Estado, no ano de 2018 Santa Catarina obteve seis pontos e em 2019 houve uma pequena melhora subindo para sete pontos.

O Estado da Paraíba foi o ponto fora da curva de toda a análise. Em 2018, o gestor tinha Pós-Graduação em Contabilidade e o Estado obteve zero ponto em relação sua condição financeira, mas no ano de 2019 o gestor não era pós-graduado em Contabilidade e o Estado obteve uma pequena melhora na sua condição financeira, subindo para um ponto.

Por fim, no ano de 2018, no Distrito Federal, o gestor não possuía Pós-Graduação em Contabilidade e a condição financeira era de cinco pontos, já no ano de 2019, o novo gestor tinha Pós-Graduação em Contabilidade e a condição financeira do Distrito Federal aumentou para seis pontos.

4.3.2 CAPAG

Com a finalidade de verificar se existe relação entre gestores capacitados e melhores condições dos Estados, a partir do modelo CAPAG, foi utilizada no estudo a técnica de análise de dados por meio da regressão logística, onde a variável dependente assume valores 0 e 1, o que relaciona 1 a Estados que foram aceitos na CAPAG e 0 a Estados que não foram aceitos na CAPAG.

Antes, contudo, foram observados os critérios de Multicolinearidade que tem por objetivo examinar a correlação entre as variáveis preditores através dos fatores de inflação da variância (VIF). Após os resultados do teste da amostra, não foi identificada nenhuma

variável significativa que indicassem a presença de VIF com dependência forte ou moderadamente forte, conforme Tabela 7 abaixo:

Tabela 7 - Teste de Multicolinearidade para os Dados da Amostra

Fatores de Inflação da Variância (VIF)
Valor mínimo possível = 1,0
Valores > 10,0 podem indicar um problema de colinearidade
GRAD_GERAL 7,844
GRAD_CONT 5,033
GRAD_ADM 4,252
GRAD_ECON 7,826
POS_GERAL 1,784
POS_CONT 2,248
POS_ADM 1,868
POS_ECON 2,119
TEMPO 1,135
SERVICO 1,175
VIF (j) = $1/(1 - R(j)^2)$, onde R(j) é o coeficiente de correlação múltipla entre a variável j e a outra variável independente

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Segundo o *software* estatístico GRETL, os resultados apresentados na Tabela 7 demonstraram que nenhuma das variáveis apresentou problemas de colinearidade, uma vez que todos os VIF estão abaixo de 10, ou seja, as variáveis independentes do modelo possuem correlação aceitável entre si. Sendo assim, o resultado denota a não existência de correlação entre as variáveis independentes que possa prejudicar o ajuste do modelo.

Após a verificação da validação dos dados mediante teste de multicolinearidade, apresenta-se os resultados das estimações da regressão logística do modelo CAPAG, constante na Tabela 8.

Tabela 8 - Resultado do Modelo CAPAG

$CAPAG_{it} = \beta_0 + \beta_1 Grad_{jit} + \beta_2 PosGrad_{jit} + \beta_3 Controle_{jit} + \varepsilon_{it}$			
	Coefficiente	Erro padrão	Razão-t
Constante	19,0950 ***	1,39776	13,66
Graduação Geral	-18,3720 ***	1,43263	-12,82
Graduação Contabilidade	-17,2319 ***	1,76930	-9,739
Graduação Administração	-17,8849 ***	1,04724	-17,08
Graduação Economia	-18,4711 ***	1,34217	-13,76
Pós-Graduação Geral	-0,791966	0,895443	-0,8844
Pós-Graduação Contabilidade	-1,62123	1,23911	-1,308
Pós-Graduação Administração	0,660899	1,20057	0,5505
Pós-Graduação Economia	-0,752486	1,21151	-0,6211
Tempo	-2,55126 ***	0,850627	-2,999
Serviço	-0,0615356	0,105673	-0,5823

Nota: Os asteriscos são os níveis de significância estatística, sendo: * p < 0,10; ** p < 0,05; *** p < 0,001

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Para a análise dos resultados em relação aos coeficientes descritos na Tabela 8, utilizou-se, conforme descrito na metodologia, a equação da regressão logística $f(z) = 1/(1+e^{-z})$ e após aplicabilidade da mesma os resultados indicaram que dentre todas as graduações, as quais apresentaram significância de 1%, o gestor ser graduado em Contabilidade faz com que o Estado tenha uma probabilidade maior de ser aceito na CAPAG, quando comparado aos gestores que possuem graduação em Administração, Economia ou qualquer outra graduação, uma vez que a graduação em Contabilidade, na Tabela 8, dentre as demais graduações, todas com coeficiente negativo, apresenta o valor mais próximo de um.

Na análise comparativa, agora sob a métrica da CAPAG, observou-se que os Estados aceitos na CAPAG, nos anos de 2018 e 2019, foram Alagoas, Amazonas, Ceará, Espírito Santo, Pará, Paraíba, Paraná, Piauí, Rondônia e São Paulo, todos tiveram gestores qualificados com graduação, corroborando assim com os resultados apresentados na Tabela 8. Esses dados podem ser verificados no Apêndice 2. Dentre os Estados aceitos na CAPAG mencionados anteriormente, Amazonas, Paraíba e Piauí possuíam gestores qualificados com graduação em Contabilidade.

Depreende-se ainda da Tabela 8, que a variável de controle Tempo (*proxy* de experiência), em relação à variável dependente do modelo CAPAG, também apresentou significância de 1%, ou seja, indicou que o gestor com mais tempo (experiência) possibilita que o Estado tenha uma probabilidade maior de ser aceito na CAPAG.

Assim sendo, após os resultados apresentados nas Tabelas 6 e 8, o Quadro 12, demonstra a aceitação ou rejeição das hipóteses propostas anteriormente.

Quadro 12 - Aceitação ou Rejeição das Hipóteses

Hipótese	Brown (1993)	CAPAG
H1 _a : Gestores com graduação em qualquer área têm relação com melhores condições financeiras dos estados brasileiros.	Rejeitada	Aceita
H1 _b : Gestores com graduação em Contabilidade têm relação com melhores condições financeiras dos estados brasileiros.	Rejeitada	Aceita
H1 _c : Gestores com graduação em Administração têm relação com melhores condições financeiras dos estados brasileiros.	Rejeitada	Aceita
H1 _d : Gestores com graduação em Economia têm relação com melhores condições financeiras dos Estados brasileiros.	Rejeitada	Aceita
H1 _e : Gestores com pós-graduação em qualquer área têm relação com melhores condições financeiras dos estados brasileiros.	Rejeitada	Rejeitada
H1 _f : Gestores com pós-graduação em Contabilidade têm relação com melhores condições financeiras dos estados brasileiros.	Aceita	Rejeitada
H1 _g : Gestores com pós-graduação em Administração têm relação com melhores condições financeiras dos estados brasileiros.	Rejeitada	Rejeitada
H1 _h : Gestores com pós-graduação em Economia têm relação com melhores condições financeiras dos estados brasileiros.	Rejeitada	Rejeitada
H2: Gestores com mais tempo (experiência) têm relação com melhores condições financeiras dos estados brasileiros.	Rejeitada	Aceita
H3: A arrecadação de tributos relativa a Serviços tem relação com melhores condições financeiras dos estados brasileiros.	Rejeitada	Rejeitada

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A qualificação do gestor público ainda é um tema incipiente, mas que requer aprofundamento, tendo em vista a crescente demanda da sociedade por transparência no que diz respeito à utilização dos recursos públicos de forma a atender as necessidades da população.

A presente pesquisa teve como objetivo verificar se a qualificação do gestor público apresenta relação com melhores condições financeiras dos Estados brasileiros. A pesquisa apresentou um vasto referencial teórico sobre os temas de qualificação do gestor público e condição financeira, podendo contribuir para estudos futuros, que possam fortalecer a profissão contábil.

Entretanto, não foram encontrados estudos que tratam especificamente sobre a relação entre a qualificação do gestor público e a condição financeira dos órgãos públicos. Outra limitação da pesquisa foi à dificuldade para encontrar dados referentes à qualificação do gestor público. No tocante à condição financeira dos órgãos públicos e a capacidade de pagamento, foi acessada a base FINBRA, onde estão disponíveis todas as suas informações financeiras e o *site* do Tesouro Transparente do STN, respectivamente.

Diferentemente da questão, qualificação, que foi pesquisada em diversos *sites*, inclusive matérias jornalísticas, quando tais informações poderiam estar contidas, numa base, como o FINBRA, fosse o gestor Presidente, Governador, Prefeito, Ministro, Secretário e etc.. Assim, sugere-se a criação de um banco de dados, semelhante ao FINBRA, com fácil acesso e que disponha de informações sobre a qualificação (nível de escolaridade, experiência, cursos de aperfeiçoamento) do gestor público, para que a sociedade, então, possa saber quem está gerindo seu dinheiro.

Para analisar o objetivo de pesquisa, que é verificar se a qualificação do gestor público apresenta relação com melhores condições financeiras dos Estados brasileiros, conforme descrito na metodologia, foram utilizados dois modelos diferentes. Os modelos foram analisados separadamente, sendo o modelo Brown (1993), um modelo conciso e de fácil uso para a comunicação da situação financeira aos governantes de uma cidade, bem como o modelo CAPAG, que verifica a capacidade de pagamento dos Estados baseado nos indicadores de endividamento, poupança corrente e liquidez.

Foi realizada uma pequena adaptação no modelo Brown, uma vez que o mesmo estuda os municípios e esta pesquisa visa apurar a condição financeira dos Estados brasileiros e do Distrito Federal. Esta adaptação fundou-se no estudo realizado por Ribeiro, Macedo e Cruz,

em 2021, que teve como objetivo investigar os determinantes do nível de efetividade do gasto dos Estados brasileiros nas áreas de Saúde, Educação e Segurança Pública, considerando como variáveis independentes a eficiência, condição financeira, ano eleitoral e renda per capita.

Desta forma, foram pesquisados os Estados brasileiros, exceto o Acre, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Norte e Roraima, por não apresentarem dados suficientes sobre a qualificação dos gestores.

Em relação à qualificação do gestor público, foi pesquisado se os Secretários Estaduais de Fazenda possuíam Graduação Geral (em qualquer área), em Contabilidade, em Administração e em Economia e/ou Pós-Graduação Geral (em qualquer área), Contabilidade, Administração e Economia, com o intuito de verificar se o fato do gestor ser capacitado apresenta relação com melhores condições financeiras do Estado, para tanto foi utilizada *Dummy*.

A pesquisa também contou com as variáveis, Tempo e Serviço, sendo o primeiro utilizado como *proxy* de experiência, onde buscou-se verificar se o período do gestor no cargo impacta a condição financeira do Estado. No que tange ao Serviço foi analisado se a arrecadação deste tipo de tributo impacta na condição financeira do Estado.

O período analisado foi 2018 e 2019, pois em 2018 estava se encerrando uma gestão (2015-2018) nos governos estaduais e no Distrito Federal e, em 2019 iniciava-se a gestão atual (2019-2022), o que possibilitou comparar diferentes gestões, mesmo nos Estados nos quais os gestores permaneceram em seus cargos.

Com base nos resultados estatísticos desta pesquisa, constatou-se que a qualificação Pós-Graduação em Contabilidade, apresenta relação positiva, com significância de 5%, em relação à condição financeira dos Estados Brasileiros, no modelo Brown. Enquanto no modelo CAPAG, todas as graduações e a variável de controle tempo (experiência) apresentaram relação positiva, com significância de 1% cada, em relação à capacidade de pagamento dos Estados brasileiros, ou seja, a partir de dois modelos diferentes, a pesquisa indica que um gestor qualificado, seja com Graduação e/ou Pós-Graduação, tem relação com melhores condições financeiras dos Estados.

Em relação ao modelo Brown, dos 23 Estados pesquisados, nos anos de 2018 e 2019, apenas 26,07%, ou seja, seis possuíam gestores com Pós-Graduação em Contabilidade, o que denota a necessidade de cada vez mais a Administração Pública priorizar a escolha de gestores qualificados à frente dos órgãos públicos, deixando de lado as indicações meramente políticas, sem qualquer qualificação técnica.

Em relação ao modelo CAPAG, dos 10 Estados aceitos ao CAPAG pelo STN, nos anos de 2018 e 2019, todos possuíam gestores graduados seja em qualquer área ou Contabilidade, Administração e Economia. Isto reforça que um gestor qualificado tem relação com melhores condições financeiras dos Estados.

Um ponto em comum nos dois modelos analisados foi à qualificação Contabilidade apresentar-se como significativa em relação às melhores condições financeiras dos Estados. Como descrito, no modelo Brown, a Pós-Graduação em Contabilidade apresentou-se como significativa e no modelo CAPAG todas as graduações, sendo que, após a aplicabilidade da equação da regressão logística, todos com coeficientes negativos, a graduação em Contabilidade, se comparado com os demais, foi o resultado que mais se aproximou de um, ou seja, é a que tem maior probabilidade de fazer com que o Estado seja aceito pela CAPAG.

Esses resultados chamam a atenção de que não basta somente ter gestores qualificados. O estudo demonstrou que os gestores graduados e pós-graduados em Contabilidade apresentaram maiores probabilidades de o Estado ser aceito na CAPAG e, no que tange ao modelo Brown, obtiveram melhores resultados em seus Estados, com exceção do Estado da Paraíba.

Estudos como este, demonstram a importância do profissional contábil e/ou a Especialização (*lato* ou *stricto sensu*) em Contabilidade para os gestores de órgãos públicos. Conforme a Teoria do Capital Humano, pessoas qualificadas tendem a gerar crescimento econômico, logo é muito importante gestores qualificados à frente de órgãos públicos, o que afastaria as indicações meramente políticas, como ocorre na maioria das vezes.

Os resultados desta pesquisa apresentam evidências de que a qualificação do gestor público tem relação positiva com melhores condições financeiras dos Estados brasileiros. Por isso, recomenda-se como pesquisa futura estudar os municípios. Neste caso, as capitais do Brasil, incluindo Brasília, com o fim de verificar, se a qualificação do gestor público, dentre outras variáveis, tem relação com melhores condições financeiras.

REFERÊNCIAS

- ABRUCIO, F. L.; LOUREIRO, M. R. (orgs.). O estado numa era de reformas: os anos FHC. **Coleção Gestão Pública**, parte 1, Brasília, 2002.
- ABRUCIO, F. L. Trajetória recente da gestão pública brasileira: um balanço crítico e a renovação da agenda de reformas. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 41, p. 67-86, 2007.
- ALBUQUERQUE, C. M.; BIZERRA, A. L. V. Convergência contábil na administração pública federal: o caso das instituições federais de ensino do estado do Rio de Janeiro. **Pensar Contábil**, v. 13, n. 52, p. 55-64, set./dez. 2011.
- ALMEIDA, E. P.; PEREIRA, R. S. Críticas à teoria do capital humano: uma contribuição à análise de políticas públicas em educação. **Revista de Educação**, v. 9, n. 15, 2000.
- ALTER, T. R.; MCLAUGHLIN, D. K.; MELNIKER, N. E. **Analysing local government fiscal capacity**. Pennsylvania State University: Cooperative Extension Service, 1995.
- ANESP, ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS ESPECIALISTAS EM POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO GOVERNAMENTAL. [Site oficial]. 2009. Disponível em: <<http://www.anesp.org.br>>. Acesso em: 17 jun 2022.
- ANTUNES, D. M. C. Avaliação de desempenho dos governos municipais gaúchos: uma análise do desempenho orçamentário-financeiro dos municípios a partir do teste de 10 pontos da condição financeira de Brown (1993). In: II CONGRESSO INTERNACIONAL DE DESEMPENHO DO SETOR PÚBLICO. Florianópolis. 2018. **Anais ...** Centro Administrativo do Governo do Estado de Santa Catarina: Florianópolis, 2018.
- BAPTISTE, I. Educating lone wolves: pedagogical implications of human capital theory. **Adult Education Quartely**, v. 51, a.3, p.184-201, 2001.
- BARROS FILHO, L. C.; CÔRTEZ, C. A.; NOGUEIRA, J. M.. Espaço fiscal e capacidade de pagamento: novo olhar sobre a realidade fiscal dos estados brasileiros. **Razão Contábil e Finanças**, v. 11, n. 1, 2020.
- BEAUREGARD, R. A. Public-private partnerships: the case of USA. In: PIERRE, J. **Partnerships in urban governance**. Londres: MacMillan, 1998.p 22.
- BECKER, G. S. Investment in human capital: a theoretical analysis. **The Journal of Political Economy**, Part 2: Investment in human beings, v. 70, n. 5, p. 9-49, 1962.
- _____. Human capital a theoretical and empirical analysis, with special reference to education. **Third Edition, University of Chicago**, NBER, New York, 1993. Disponível em:<<http://www.nber.org/books/beck94-1>>. Acesso em: 30 dez. 2022.
- BERGUE, T. S. O cargo efetivo de gestor público na administração municipal: formação, atribuições e conflitos de competências. In: IV ENCONTRO DE ADMINISTRAÇÃO

PÚBLICA E GOVERNANÇA (ENAPG), 2008, Salvador. **Anais...** Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

BERNE, R.; SCHRAMM, R. **The financial analysis of governments**. New Jersey: Prentice Hall, 1986.

BLAUG, M. **Introdução à economia da educação**. (Leonel Vallandro e Volnei Alves Corrêa, Trad.). Porto Alegre: Globo, 1975.

BONIS, D. F. **O dirigente público como categoria analítica**: um exercício de definição. 2008. 81fl. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo) – Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2008.

BORGES, M. G. B. B. Impactos da covid-19 nas receitas tributárias e na condição financeira dos estados do sudeste do Brasil. *In*: XX INTERNATIONAL CONFERENCE IN ACCOUNTING, São Paulo, 2020. **Anais...** Universidade São Paulo, São Paulo, 2020.

BRASIL. Lei Complementar nº 159, de 19 de maio de 2017. Institui o Regime de Recuperação Fiscal dos Estados e do Distrito Federal e Altera as Leis Complementares nº 101, de 4 de maio de 2000, e nº 156, de 28 de dezembro de 2016. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp159.htm. Acesso em: 05 out 2022.

BRASIL. Tesouro Nacional Transparente. Capacidade de Pagamentos (CAPAG). Brasília. Disponível em: <https://www.tesourotransparente.gov.br/temas/estados-e-municipios/capacidade-de-pagamento-capag/#item-dados-abertos>. Acesso em: 20 jul. 2022.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **A reforma do aparelho do estado e a constituição brasileira**. Brasília: MARE/ENAP, 1995.

_____. Uma reforma gerencial da administração pública no Brasil. *In*: PETRUCCI, V.; SCHWARZ, L. (orgs.). **Administração pública gerencial**: a reforma de 1995: ensaios sobre a reforma administrativa brasileira no limiar do século XXI. Brasília: Universidade de Brasília: ENAP, 1999. p. 5-42.

BROWN, K. W. The 10-point test of financial condition: toward an easy-to-use assessment tool for smaller cities. **Government Finance Review**, v. 9, p. 21-21, 1993.

CAVALCANTE, P.; CARVALHO, P. Profissionalização da burocracia federal brasileira (1995-2014): avanços e dilemas. **Revista de Administração Pública**, v. 51, n. 1, p. 1-26, 2017.

CAVALCANTE, P. L. Trends in Public Administration After Hegemony of the New Public Management: A Literature Review. **Revista do Serviço Público**, v. 70, n. 2, p. 195-218, 2019.

CHRISTENSEN, Tom; LAEGREID, Per. A abordagem de todo o governo para a reforma do setor público. **Revisão da administração pública**, v. 67, n. 6, pág. 1059-1066, 2007.

CORRAR, L. J.; PAULO, E.; DIAS FILHO, J. M. (coords.). **Análise multivariada para cursos de administração, ciências contábeis e economia**. São Paulo: Atlas, 2007.

CORRÊA, V.; COELHO, F. S.; ALMEIDA, A. G. Disseminação da carreira de especialista em políticas públicas e gestão governamental na gestão municipal brasileira: um estudo exploratório. **Temas de Administração Pública**, v. 9, n. 2, 2015.

CÔRTEZ, C. A. **Déficit público e espaço fiscal**: ilusão ou realidade no Distrito Federal? 2020.

CUNHA, Jacqueline Veneroso Alves da; RIBEIRO, Maisa. Divulgação voluntária de informações de natureza social: um estudo nas empresas brasileiras. **Revista de Administração Eletrônica**, v. 1, n. 1, p. 1-23, 2008.

CUNHA, J. V. A.; CORNACHIONE JUNIOR, E. B.; MARTINS, G. A. Doutores em ciências contábeis: análise sob a óptica da teoria do capital humano. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 14, p. 532-557, 2010.

DAL VESCO, D. G.; HEIN, N.; SCARPIN, J. E. Análise dos indicadores de desempenho em municípios na região sul do Brasil com até 100 mil habitantes. **Enfoque: Reflexão Contábil**, v. 33, n. 2, p. 19-34, 2014.

DINIZ, J. A.; MACEDO, M. A. S.; CORRAR, L. J. Mensuração da eficiência financeira municipal no Brasil e sua relação com os gastos nas funções de governo. **Gestão & Regionalidade**, v. 28, n. 83, p. 5-20, 2012.

DO PRADO, Joyce Dias; PAIVA, Amanda Almeida. Convergência da contabilidade pública às normas internacionais. **Negócios Em Projeção**, v. 8, n. 1, p. 161-174, 2017.

DROPA, R. F. **Reforma do estado e reforma administrativa**. SEDEP, 2003. Disponível em: <<http://www.sedep.com.br/artigos/reforma-do-estado-e-reforma-administrativa/#>>. Acesso em: 05 out 2022.

EVANS, P.; RAUCH, J. E. Bureaucracy and growth: a cross-national analysis of the effects of “Weberian” state structures on economic growth. **American Sociological Review**, v. 64, a. 5, p. 748, 1999.

FÁVERO, L. P. L., BELFIORE, P. P., SILVA, F. L. da., & CHAN, B. L. (2009). **Análise de dados: modelagem multivariada para tomada de decisões**. Rio de Janeiro: Elsevier.

FERLIE, E. *et al.* **A nova administração pública em ação**. Brasília: ENAP, 1999.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2006.

GASB, GOVERNMENT ACCOUNTING STANDARDS BOARD. **Objectives of financial reporting: concept statement n. I**. Governmental Accounting Standard Series: Norwalk, maio 1987.

GRAEF, A. Cargos em comissão e funções de confiança: diferenças conceituais e práticas. **Revista de Políticas Públicas e Gestão Governamental**, v. 7, n. 2, p. 62-72, 2008.

_____. Origens e fundamentos da carreira de gestor governamental. **Revista de Políticas Públicas e Gestão Governamental**, v. 9, n. 1, p. 7- 24, jan/jun 2010.

GROVES, S. M.; VALENTE, G. **Evaluating financial condition**: a handbook for local government. 4. ed. Washington: The International City/Country Management Association (ICMA), 2003.

GUJARATI, D. N.; PORTER, D. C. **Econometria básica**. 5 ed. [S.l.]: AMGH, 2011.

HENDRICK, R. Assessing and measuring the fiscal health of local governments: focus on Chicago suburban municipalities. **Urban Affairs Review**, v. 40, n. 1, p. 78-114, 2004.

HONADLE, B. W.; COSTA, J. M.; CIGLER, B. A. **Fiscal health for local governments**: an introduction to concepts. Practical Analysis and Strategies: San Diego (USA), 2004.

HONADLE, B. W.; LLOYD-JONES, M. Analyzing rural local government's financial condition: an exploratory application of three tools. **Public Budgeting & Finance**, v. 18, n. 2, p. 69-86, jun. 1998.

HUGHES, J. W.; LAVERDIERE, R. Comparative local government financial analyses. **Public Budgeting & Finance**, v. 6, n. 4, p. 23-33, 1986.

HUGHES, O. E. **Public management & administration**: an introduction. 2. ed. New York: Australian Politics, 1998.

IBGE, INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa mensal de serviços, 2020**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/8161>. Acesso em: 29 dez 2022.

KAVANAGH, S. C. **Financing the future**: long-term financial planning for local government. Chicago: Government Finance Officers Association (GFOA), 2007.

KLIKSBERG, B. Capital social y cultura, claves esenciales del desarrollo. **Revista de la CEPAL**, Santiago de Chile, n. 69, 1999.

LIMA, F. Z. **Sustentabilidade fiscal no estado do Paraná**: marco legal, panorama fiscal e indicadores de sustentabilidade e sinalizadores de vulnerabilidade fiscal. Curitiba: UFPR, 2019.

LIMA, J. S. **Transformações na estrutura produtiva e no emprego da região metropolitana de João Pessoa**. 2013. 217fl. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

LIMA, S. C.; DINIZ, J. A. **Contabilidade pública**: análise financeira governamental. São Paulo: Atlas, 2016.

LONGO, F. A consolidação institucional do cargo de dirigente público. **Revista do Serviço Público**, a. 54, n. 2, p. 7-33, abr./jun. 2003.

LOPES, A.; PANTOJA, M.; GONÇALVES, A.; BILHIM J. Profissionalização da liderança pública: uma revisão da literatura sobre valores, competências e seleção de dirigentes públicos. **Gestão & Conexões**, v. 9, a.1, p. 8-27, 2020.

LOPEZ, F. G.; PRAÇA, S. Cargos de confiança e políticas públicas no executivo federal: interseções analíticas. In: PIRES, R.; LOTTA, G.; OLIVEIRA, V. E. **Burocracias e política públicas do Brasil**. Brasília: IPEA 2018. p. 141-160.

LUCENA, W. G. L. **Avaliação de desempenho no setor público**: aplicação de modelos no ministério da ciência e tecnologia. 2011. 222fl. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.

MARTINS, C. P. **Análise da evolução do histórico dos precatórios na dívida consolidada dos estados brasileiros e a relação com o risco de crédito**. 2022. 74fl. Dissertação (Mestrado em Economia) – Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2022.

MARTINS, G. A.; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

MATIAS-PEREIRA, J. Administração pública comparada: uma avaliação das reformas administrativas do Brasil, EUA e União Europeia. **Revista de Administração Pública**, v. 42, p. 61-82, 2008.

MELO, A. T. *et al.* Impactos da retração econômica nos indicadores da condição financeira dos municípios do estado do Rio de Janeiro. **Razão Contábil & Finanças**, v. 11, n. 2, 2020.

MILLER, G. J. Fiscal health in New Jersey's largest cities. **Cornwall Center Publication Series**, 2001.

MINCER, J. Investment in human capital and personal income distribution. **Journal of Political Economy**, v. LXVI, n. 4, p. 281-302, 1958.

MODELL, S. Performance measurement and institutional processes: a study of managerial responses to public sector reform. **Management Accounting Research**, v. 12, n. 4, p. 437-464, 2001.

MONTEIRO, L. M. Reforma da administração pública e carreiras de Estado: o caso dos especialistas em políticas públicas e gestão governamental no Poder Executivo Federal. **Revista de Administração Pública (RAP)**, v. 47, n. 5, p. 117- 1143, set./out. 2013.

_____. Modelo “Top Down”: uma reflexão sobre a implementação de políticas públicas e a participação dos gestores governamentais. **Revista Gestão Organizacional**, v. 9, n. 3, p. 25-35, 2016.

MORAIS, A. J. S. *et al.* **Componentes das receitas e a condição financeira governamental**: análise nas capitais brasileiras. Campina Grande: Universidade Federal de Campina Grande, 2018.

MOTA, M. M. *et al.* Especialista em políticas públicas e gestão governamental: uma descrição da carreira nos estados da Bahia, Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. **Revista Gestão & Políticas Públicas**, v.1, n.1, p.181-206, 2011.

NAZARETH, P. P.; ARAUJO, N. Q. O Rio de Janeiro no regime de recuperação fiscal. **Cadernos do Desenvolvimento Fluminense**, n. 21, p. 18-53, 2021.

NOBRE, C. J. F.; DINIZ, J. A.; ARAUJO, R. J. R. A condição financeira governamental e sua influência na transparência da gestão pública municipal. *In: XIX INTERNATIONAL CONFERENCE IN ACCOUNTING*, São Paulo, 2019. **Anais...** São Paulo: Universidade São Paulo, 2019.

NUNES, P. O sênior executive service: especial referência ao perfil do top public servisse em Portugal. **Revista do Serviço Público**, v. 57, n. 2, p. 211-240, abr/jun, 2006.

PAULA, A. P. **Por uma nova gestão pública**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

PELLEGRINI, J. A. **A nova metodologia de cálculo da capacidade de pagamento dos estados e municípios**. Brasília: IFI, 2017.

PORTMAN, U. R. Desempeño financiero municipal: algunas propuestas de evaluación. **Centro de Investigación y Docencia Económicas (CDE)**: Documentos de Trabajo, n. 60, 2000.

RAMSEY, T. K. **Measuring and evaluating the financial condition of local government**. 2013. Disponível em: <https://www.csus.edu/ppa/thesis-project/bank/2013/ramsey.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2021.

RAUPP, F. M.; BEUREN, I. M. Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais. *In: BEUREN, I. M. (org.). Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade*. São Paulo: Atlas, 2006. p. 76-97.

RIBEIRO, M. L.; MACEDO, M. Á. S.; CRUZ, C. F. **Effectiveness of expenditure in brazilian states: an analysis of its determinants**. *In: III CONGRESSO INTERNACIONAL DE CONTABILIDADE PÚBLICA*, Aveiro e Lisboa, 2021. **Anais...** Ordem dos Contabilistas Certificados: Aveiro e Lisboa, 2021. Disponível em: https://www.occ.pt/dtrab/trabalhos/iiicicp//finais_site/73.pdf. Acesso em: 03 jul. 2021.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RIO DE JANEIRO. Lei n. 7529 de 07 de março de 2017. Autoriza o Poder Executivo aderir ao Regime de Recuperação Fiscal, consoante o Plano de Recuperação do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <https://gov-rj.jusbrasil.com.br/legislacao/436752518/lei-7529-17-rio-de-janeiro-rj>. Acesso em: 05 out 2022.

_____. Resolução CSRRF nº 25, de 27 de dezembro de 2019. Aprova o relatório de monitoramento do plano de recuperação fiscal do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: http://www.transparencia.rj.gov.br/transparencia/content/conn/UCMServer/path/Contributio n%20Folders/transparencia/RecuperacaoFiscal/docs/item%207/Resolucoes/SEI_E5828183% 20%E2%80%9320Resolu%C3%A7%C3%A3o%2025%20202019.pdf?ve. Acesso em: 05 out 2022.

SANO, H.; MONTENEGRO FILHO, M. J. F. As técnicas de avaliação da eficiência, eficácia e efetividade na gestão pública e sua relevância para o desenvolvimento social e das ações públicas. **Desenvolvimento em Questão**, v. 11, n. 22, p. 35-61, 2013.

SANTOS, D. D. T. **A influência do perfil socioeconômico da população na condição financeira dos estados brasileiros**. 2019. 77fl. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019.

SANTOS, L.; CARVALHO, R. A experiência dos gestores governamentais no governo federal do Brasil. In: V CONGRESO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACION, República Dominicana, 2000. **Anais...**, Centro Latino-americano de Administração para o Desenvolvimento: República Dominicana, 2000.

SANTOS, L. A.; SOUZA, R. L. S. Carreiras de executivos públicos e o ciclo de políticas públicas: a experiência dos gestores governamentais no governo federal do Brasil. **Revista de Políticas Públicas e Gestão Governamental (RESPUBLICA)**, Brasília, v.11, n. 2, p. 39-74, jul./dez. 2012.

SANTOS, R. S. *et al.* Reestruturação produtiva do estado brasileiro na perspectiva do projeto neoliberal. **Revista de Administração Pública (RAP)**, v. 38, n.1, p.7-32, fev. 2004.

SCHMIDT, P.; SANTOS, J. L.; MARTINS, M. A. **Avaliação de empresas: foco na análise de desempenho para o usuário interno**. São Paulo: Atlas, 2006.

SCHULTZ, T. W. **O valor econômico da educação**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1964.
SILVA, R. M. P.; GONÇALVES, A. O. O especialista em políticas públicas e gestão governamental: um ensaio sobre a convergência de propósitos entre o processo seletivo e as atribuições legais. **Revista do Serviço Público**, v. 70, p. 160-191, 2019.

SOUZA, E. P. **Dois ensaios sobre o federalismo fiscal: monitoramento e análise de indicadores fiscais selecionados dos estados brasileiros**. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2022.

SOUZA, F. G.; MIRANDA, L. C.; FREITAS, M. A. O silêncio na prestação de contas municipal: um estudo sobre a relação entre condição financeira e transparência fiscal nos municípios pernambucanos. In: XX INTERNATIONAL CONFERENCE IN CCOUNTING. São Paulo, 2020. **Anais ...** Universidade de São Paulo: São Paulo, 2020.

SOUZA, P. V; SILVA, A. G. A.; MACEDO, M. A. Determinantes da perda do prazo de divulgação dos relatórios financeiros das companhias brasileiras de capital aberto. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 15, n. 37, p. 52-70, 2018.

VAZ, D. R. **Fatores determinantes das empresas com alto crescimento listadas na B3**. 2021.

VIANA, G.; LIMA, J. F. Capital humano e crescimento econômico. **Interações**, Campo Grande, v. 11, p. 137-148, 2010.

WANG, X.; DENNIS, L.; TU, Y. S. J. Measuring financial condition: a study of US states. **Public Budgeting & Finance**, v. 27, n. 2, p. 1-21, 2007.

ZAFRA-GÓMEZ, J. L.; LOPEZ-HERNANDEZ, A. M.; HERNÁNDEZ-BASTIDA, A. Developing a model to measure financial condition in local government: evaluating service quality and minimizing the effects of the socioeconomic environment: an application to Spanish municipalities. **The American Review of Public Administration**, v. 39, n. 4, p. 425-449, 2009.

ZAQUEU, L. C. M. A. **O gestor público na nova administração pública no Brasil: o caso dos gestores governamentais na Bahia**. 2010. 141fl. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

APÊNDICE 1 – Link da Qualificação do Gestor

ESTADOS	GESTOR – ANO	LINK
AC	João Thaumartugo Neto – 2018	-
	Semírames Maria Plácido Dias – 2019	https://www.escavador.com/sobre/4612618/semirames-maria-placido-dias
AL	George André Palermo Santoro	http://www.sefaz.al.gov.br/noticia/item/2570-secretario-da-fazenda-george-santoro-recebe-titulo-de-cidadao-alagoano
AP	Josenildo Santos Abrantes	https://www.portal.ap.gov.br/estrutura/secretaria-de-estado-da-fazenda
AM	Alfredo Paes dos Santos – 2018	http://www.sefaz.am.gov.br/noticias/noticia.asp?codnoticia=19670
	Alex Del Giglio – 2019	https://www.linkedin.com/in/alex-del-giglio-3836511a/
BA	Manoel Vitorio da Silva Filho	https://sefaz-ba.jusbrasil.com.br/noticias/100653265/economista-manoel-vitorio-assume-a-secretaria-da-fazenda
CE	João Marcos Maia – 2018	https://www.cearaprev.ce.gov.br/quem-e-quem/
	Fernanda Mara de Oliveira Macedo Carneiro Pocobahyba – 2019	https://www.escavador.com/sobre/6542561/fernanda-mara-de-oliveira-macedo-carneiro-pacobahyba
DF	Wilson José de Paula – 2018	https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/2017/09/01/wilson-de-paula-e-nomeado-secretario-de-fazenda-do-df/
	André Clemente Lara de Oliveira – 2019	https://www.economia.df.gov.br/institucional-perfil-do-secretario/
ES	Bruno Funchal – 2018	https://congressoemfoco.uol.com.br/economia/quem-e-o-economista-que-vai-controlar-o-cofre-no-governo-bolsonaro/
	Rogério Pegoretti Caetano Amorim – 2019	https://www.escavador.com/sobre/5879634/rogelio-pegoretti-caetano-amorim
GO	Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt	https://www.economia.go.gov.br/a-secretaria.html https://www.migalhas.com.br/quentes/221371/senado-sabatina-indicados-para-superintendente-geral-e-conselheiros-do-cade https://www.escavador.com/sobre/6099444/cristiane-alkmin-junqueira-schmidt https://www.jornalopcao.com.br/ultimas-noticias/cristiane-alkmin-junqueira-schmidt-sera-secretaria-da-fazenda-do-governo-caiado-152667/
MA	Marcellus Ribeiro Alves	https://www.escavador.com/sobre/1196930/marcellus-ribeiro-alves
MT	Rogério Gallo	http://www.mt.gov.br/-/9167843-governador-empossa-novos-titulares-da-secretaria-de-fazenda-e-pge https://www.escavador.com/sobre/2317247/rogerio-luiz-gallo https://olive.com.br/t/rogerio-gallo
MS	Guaraci Luiz Fontana – 2018	-
	Felipe Mattos de Lima Ribeiro – 2019	http://www.ms.gov.br/governador-vice-e-secretarios/
MG	José Afonso Bicalho Beltrão da Silva – 2018	https://www.escavador.com/sobre/1474355/jose-afonso-bicalho-beltrao-da-silva
	Gustavo de Oliveira Barbosa – 2019	https://www.linkedin.com/in/gustavoobarbosa/?originalSubdomain=br
PA	Nilo Emanuel Rendeiro de Noronha – 2018	https://agenciapara.com.br/noticia/7927/
	René de Oliveira e Sousa Júnior – 2019	https://agenciapara.com.br/noticia/3196/
PB	Amanda Araújo Rodrigues – 2018	https://www.escavador.com/sobre/2311445/amanda-araujo-rodrigues
	Mariálvo Laureano dos Santos Filho – 2019	https://www.sefaz.pb.gov.br/institucional/secretarios

PR	José Luiz Bovo – 2018	https://www.fazenda.pr.gov.br/Noticia/Cida-nomeia-Jose-Luiz-Bovo-para-Secretaria-da-Fazenda
	Renê de Oliveira Garcia Junior – 2019	https://www.paiquere.com.br/tag/rene-de-oliveira-garcia-junior/
PE	Marcelo Andrade Bezerra Barros – 2018	https://www.escavador.com/sobre/3380677/marcelo-andrade-bezerra-barros
	Décio José Padilha da Cruz – 2019	http://www.portais.pe.gov.br/web/sad/exibir_noticia?groupId=11927&articleId=5209438&templateId=12770
PI	Antônio Luiz Soares Santos – 2018	https://www.escavador.com/sobre/764495/antonio-luiz-soares-santos
	Rafael TajraFonteles – 2019	https://grandepicos.com.br/2020/09/05/secretario-rafael-fonteles-recebe-titulo-de-cidadania-picoense/
RJ	Luiz Claudio Fernandes Lourenço Gomes – 2018	https://anaferj.blogspot.com/2018/03/perfil-do-novo-secretario-luiz-claudio.html
	Luiz Claudio Rodrigues de Carvalho – 2019	https://www.ccfb.com.br/eventos/almoco-debate-com-secretario-de-fazenda-do-estado-do-rio-de-janeiro/
RN	Jader Torres – 2018	-
	Carlos Eduardo Xavier – 2019	http://www.set.rn.gov.br/contentProducao/aplicacao/set_v2/secretaria/gerados/secretario.asp
RS	Luiz Antônio Bins – 2018	https://www.fazenda.rs.gov.br/conteudo/8779/bins-empossado-como-novo-secretario-da-fazenda
	Marco Aurelio Cardoso – 2019	https://estado.rs.gov.br/secretaria-da-fazenda-59b9a264907df
RO	Franco Maegaki Ono – 2018	http://www.rondonia.ro.gov.br/nomeacoes-no-der-e-secretaria-de-financas-sao-os-primeiros-atos-de-daniel-pereira-no-governo-de-rondonia/ https://www.linkedin.com/in/franco-maegaki-ono-1931b670/?originalSubdomain=br
	Luis Fernando Pereira da Silva – 2019	https://www.linkedin.com/in/luis-fernando-p-silva/?originalSubdomain=br
RR	-	https://folhabv.com.br/noticia/POLITICA/Roraima/Em-meio-a-crise--Governo-muda-secretarios-e-adjuntos/45224
	Marco Antônio Alves – 2019	https://folhabv.com.br/noticia/POLITICA/Roraima/Coronel-vai-assumir-lugar-de-general-na-Fazenda/49996
SC	Paulo Eli	https://www.sef.sc.gov.br/institucional/acervos/secretario/51/Paulo_Eli
SP	Luiz Claudio Rodrigues de Carvalho - 2018	https://www.esalq.usp.br/banco-de-noticias/luiz-claudio-rodrigues-de-carvalho-%C3%A9-engenheiro-agr%C3%B4nomo-da-turma-de-1991
	Henrique de Campos Meirelles – 2019	https://www.gov.br/fazenda/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/galeria-de-ministros/pasta-republica/pasta-republica-ministros/henrique-de-campos-meirelles
SE	Ademario Alves de Jesus – 2018	https://www.escavador.com/sobre/3282228/ademario-alves-de-jesus
	Marcos Antônio Queiroz - 2019	https://www.linkedin.com/in/marco-antonio-queiroz-9476b772/?originalSubdomain=br
TO	Sandro Henrique Armando	https://www.tceto.tc.br/sistemas_scp2/blank_visualiza_doc_pdf/blank_visualiza_doc_pdf.php?script_case_init=1&nmgp_url_saida=/sistemas_scp2/blank_processo_site/blank_processo_site.php&nmgp_parms=descricao*scin2177502_2021_procuracao_e_subs_195_2020_pdf.pdf*scoutnomeArq*scinPROCURA%C7%C3O%20E%20SUBS%20195%202020.pdf*scoutidCastor*scine6843610981278f6fcab60f5306d4c82*scout

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

APÊNDICE 2 – Dados das Variáveis

Estados	Condição Financeira	CAPAG	Qualificação								Tempo	Serviço
			Graduação				Pós-Graduação					
			Grad Geral	Cont	Adm	Econ	Pós Geral	Cont	Adm	Econ		
Alagoas (AL) 2018	5,00	1	1	0	0	0	0	0	1	0	1	-1
Alagoas (AL) 2019	6,00	1	1	0	0	0	0	0	1	0	1	-4,3
Amapá (AP) 2018	16,00	0	0	0	1	0	0	0	1	0	1	-5,2
Amapá (AP) 2019	14,00	0	0	0	1	0	0	0	1	0	1	-0,3
Amazonas (AM) 2018	4,00	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1,5
Amazonas (AM) 2019	5,00	1	0	0	0	1	0	0	1	0	0	9,1
Bahia (BA) 2018	0,00	0	0	0	0	1	1	0	0	0	1	0,5
Bahia (BA) 2019	1,00	0	0	0	0	1	1	0	0	0	1	1,5
Ceará (CE) 2018	0,00	1	0	0	1	0	0	0	1	0	0	-4,2
Ceará (CE) 2019	1,00	1	0	0	1	0	1	0	0	0	0	2,7
Distrito Federal (DF) 2018	5,00	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	2,8
Distrito Federal (DF) 2019	6,00	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	3,3
Espírito Santo (ES) 2018	3,00	1	0	0	0	1	0	0	0	1	0	1,9
Espírito Santo (ES) 2019	5,00	1	1	0	0	0	1	0	0	0	0	4,7
Goiás (GO) 2018	3,00	0	0	0	0	1	0	0	0	1	1	1,7
Goiás (GO) 2019	7,00	0	0	0	0	1	0	0	0	1	1	0,7
Maranhão (MA) 2018	-2,00	0	0	0	0	1	1	0	0	0	1	3,5
Maranhão (MA) 2019	-5,00	0	0	0	0	1	1	0	0	0	1	6,1
Mato Grosso (MT) 2018	6,00	0	1	0	0	0	1	0	0	0	1	5,4
Mato Grosso (MT) 2019	3,00	0	1	0	0	0	1	0	0	0	1	-2,7

Minas Gerais (MG) 2018	9,00	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	2,4
Minas Gerais (MG) 2019	10,00	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	4,5
Pará (PA) 2018	-2,00	1	0	0	0	1	0	0	1	0	0	-1,6
Pará (PA) 2019	0,00	1	0	0	1	0	0	0	0	1	0	3,6
Paraíba (PB) 2018	0,00	1	0	1	0	0	0	1	0	0	0	-1,1
Paraíba (PB) 2019	1,00	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1,6
Paraná (PR) 2018	7,00	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1,6
Paraná (PR) 2019	9,00	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1,4
Pernambuco (PE) 2018	1,00	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	1,1
Pernambuco (PE) 2019	1,00	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	2,7
Piauí (PI) 2018	5,00	1	0	1	0	0	1	1	0	0	0	-0,3
Piauí (PI) 2019	-1,00	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	-4,7
Rio de Janeiro (RJ) 2018	11,00	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	-0,8
Rio de Janeiro (RJ) 2019	8,00	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	2,8
Rio Grande do Sul (RS) 2018	10,00	0	0	0	1	1	0	0	0	1	0	2,3
Rio Grande do Sul (RS) 2019	10,00	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	2,2
Rondônia (RO) 2018	6,00	1	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0,6
Rondônia (RO) 2019	8,00	1	0	0	1	0	1	0	0	0	0	-2,2
Santa Catarina (SC) 2018	6,00	0	0	1	1	0	0	1	0	0	1	4,9
Santa Catarina (SC) 2019	7,00	0	0	1	1	0	0	1	0	0	1	4,3
São Paulo (SP) 2018	10,00	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	4,8
São Paulo (SP) 2019	9,00	1	1	0	0	0	0	0	1	0	0	6,5
Sergipe (SE) 2018	0,00	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	-2,7
Sergipe (SE) 2019	-1,00	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	3,6
Tocantins (TO) 2018	6,00	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	-3,3
Tocantins (TO) 2019	9,00	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	8,3

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

APÊNDICE 3 – Resultados da Regressão – Condição Financeira

Modelo 1: Efeitos-aleatórios (GLS), usando 46 observações
 Incluídas 23 unidades de corte transversal
 Comprimento da série temporal = 2
 Variável dependente: COND_FIN
 Erros padrão robustos (HAC)

	coeficiente	erro padrão	z	p-valor	
const	2,01922	2,16923	0,9308	0,3519	
GRAD_GERAL	2,07827	2,16414	0,9603	0,3369	
GRAD_CONT	1,38927	1,72746	0,8042	0,4213	
GRAD_ADM	2,30240	1,49884	1,536	0,1245	
GRAD_ECON	1,48349	1,93398	0,7671	0,4430	
POS_GERAL	0,125920	0,938184	0,1342	0,8932	
POS_CONT	2,64379	1,33075	1,987	0,0470	**
POS_ADM	0,0231269	1,07288	0,02156	0,9828	
POS_ECON	0,101951	1,29385	0,07880	0,9372	
TEMPO	0,458379	2,41003	0,1902	0,8492	
SERVICO	0,132346	0,106028	1,248	0,2120	
Média var. dependente	4,826087	D.P. var. dependente		4,532864	
Soma resid. quadrados	875,8838	E.P. da regressão		4,932556	
Log da verossimilhança	-133,0428	Critério de Akaike		288,0856	
Critério de Schwarz	308,2006	Critério Hannan-Quinn		295,6208	
'Por entre' a variância = 26,6513					
'Por dentro' da variância = 2,9334					
teta utilizado para quasi-desmediação = 0,771609					
corr(y, yhat)^2 = 0,0549818					
Teste conjunto nos regressores designados -					
Estatística de teste assintótica: Qui-quadrado(10) = 9,61728					
com p-valor = 0,474688					
Teste de Breusch-Pagan -					
Hipótese nula: Variância do erro de unidade-específica = 0					
Estatística de teste assintótica: Qui-quadrado(1) = 14,6241					
com p-valor = 0,000131226					
Teste de Hausman -					
Hipótese nula: As estimativas GLS são consistentes					
Estatística de teste assintótica: Qui-quadrado(9) = 8,37559					
com p-valor = 0,496783					
Teste da normalidade dos resíduos -					
Hipótese nula: o erro tem distribuição Normal					
Estatística de teste: Qui-quadrado(2) = 0,923549					
com p-valor = 0,630164					

Fonte: Elaborado no programa GRET

APÊNDICE 4 – Resultados da Regressão – CAPAG

saÃ-da Gretl para Vagner 2022-12-26 09:59, página 1

Modelo 1: Logit, usando 46 observações

Variável dependente: CAPAG

Erros padrão QML

	coeficiente	erro padrão	z	p-valor	
const	19,0950	1,39776	13,66	1,73e-042	***
GRAD_GERAL	-18,3720	1,43263	-12,82	1,20e-037	***
GRAD_CONT	-17,2319	1,76930	-9,739	2,05e-022	***
GRAD_ADM	-17,8849	1,04724	-17,08	2,16e-065	***
GRAD_ECON	-18,4711	1,34217	-13,76	4,31e-043	***
POS_GERAL	-0,791966	0,895443	-0,8844	0,3765	
POS_CONT	-1,62123	1,23911	-1,308	0,1907	
POS_ADM	0,660899	1,20057	0,5505	0,5820	
POS_ECON	-0,752486	1,21151	-0,6211	0,5345	
TEMPO	-2,55126	0,850627	-2,999	0,0027	***
SERVICO	-0,0615356	0,105673	-0,5823	0,5604	
Média var. dependente	0,413043	D.P. var. dependente	0,497821		
R-quadrado de McFadden	0,264031	R-quadrado ajustado	-0,088696		
Log da verossimilhança	-22,95161	Critério de Akaike	67,90323		
Critério de Schwarz	88,01829	Critério Hannan-Quinn	75,43845		
Número de casos 'corretamente previstos' = 33 (71,7%)					
f(beta'x) na média das variáveis independentes = 0,133					
Teste de razão de verossimilhança: Qui-quadrado(10) = 16,4679 [0,0870]					
Previsto					
	0	1			
Efetivo 0	20	7			
1	6	13			
Excluindo a constante, a variável com maior p-valor foi 8 (POS ADM)					

Fonte: Elaborado no programa GRETL

APÊNDICE 5 – Colinearidade CAPAG

saã-da Gretl para Vagner 2022-12-26 09:58, página 1

Fatores de Inflacionamento da Variância (VIF)

Valor mínimo possível = 1,0

Valores > 10,0 podem indicar um problema de colinearidade

GRAD_GERAL	7,844
GRAD_CONT	5,033
GRAD_ADM	4,252
GRAD_ECON	7,826
POS_GERAL	1,784
POS_CONT	2,248
POS_ADM	1,868
POS_ECON	2,119
TEMPO	1,135
SERVICO	1,175

$VIF(j) = 1/(1 - R(j)^2)$, onde $R(j)$ é o coeficiente de correlação múltipla entre a variável j e a outra variável independente

Diagnósticos de colinearidade de Belsley-Kuh-Welsch:

proporções de variância

lambda	cond	const	GRAD_GER~	GRAD_CONT	GRAD_ADM	GRAD_ECON	POS_GERAL	POS_CONT
4,121	1,000	0,002	0,002	0,002	0,006	0,004	0,007	0,005
1,605	1,602	0,000	0,010	0,061	0,002	0,001	0,034	0,056
1,494	1,661	0,000	0,022	0,028	0,011	0,006	0,030	0,052
1,023	2,007	0,000	0,009	0,014	0,002	0,000	0,012	0,011
0,918	2,119	0,000	0,000	0,002	0,085	0,010	0,041	0,008
0,526	2,800	0,001	0,098	0,004	0,030	0,025	0,234	0,002
0,440	3,061	0,001	0,006	0,158	0,015	0,040	0,005	0,141
0,433	3,086	0,000	0,004	0,025	0,014	0,000	0,184	0,093
0,304	3,683	0,002	0,019	0,204	0,194	0,009	0,003	0,333
0,112	6,067	0,044	0,011	0,021	0,100	0,176	0,391	0,297
0,025	12,924	0,949	0,818	0,481	0,541	0,730	0,059	0,001

lambda	cond	POS_ADM	POS_ECON	TEMPO	SERVICO
4,121	1,000	0,005	0,006	0,014	0,012
1,605	1,602	0,018	0,011	0,036	0,000
1,494	1,661	0,006	0,028	0,001	0,002
1,023	2,007	0,247	0,023	0,030	0,100
0,918	2,119	0,053	0,008	0,006	0,222
0,526	2,800	0,057	0,016	0,068	0,001
0,440	3,061	0,002	0,011	0,161	0,360
0,433	3,086	0,133	0,003	0,623	0,027
0,304	3,683	0,002	0,107	0,009	0,222
0,112	6,067	0,421	0,762	0,021	0,038
0,025	12,924	0,056	0,025	0,032	0,016

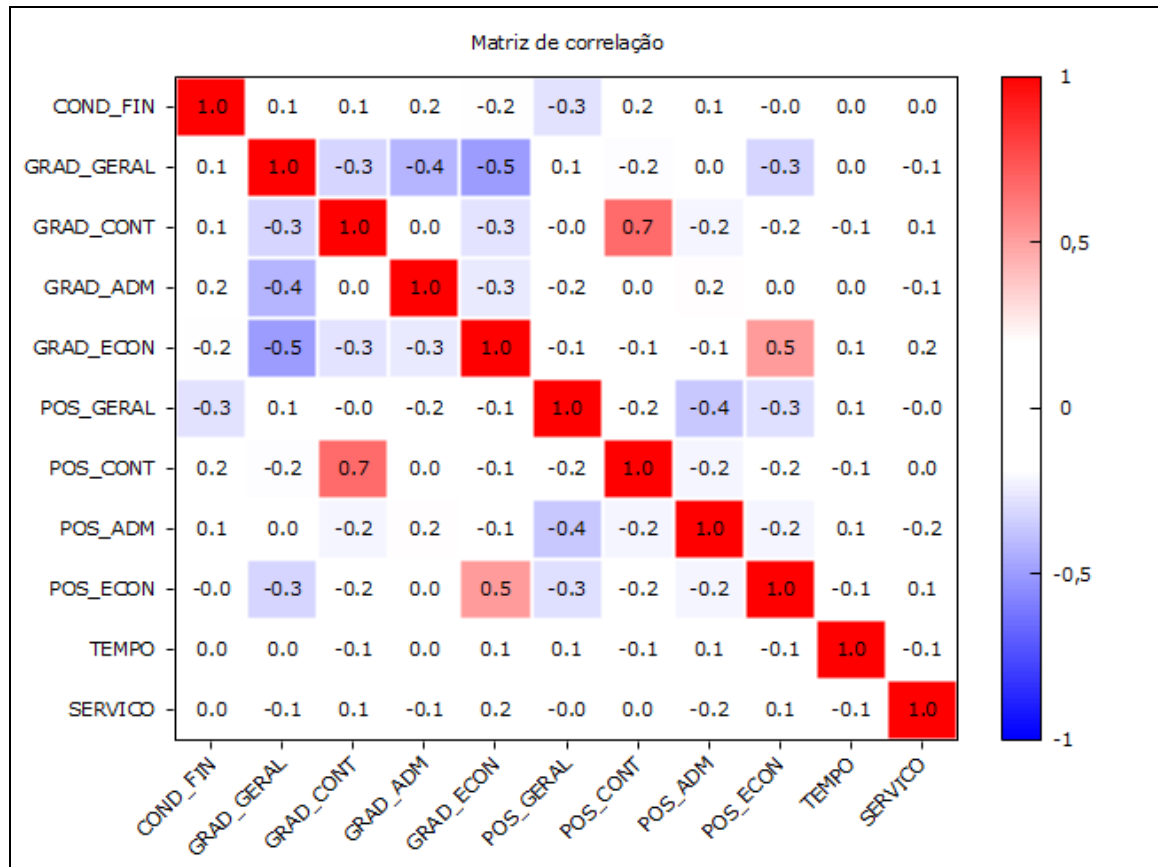
Fonte: Elaborado no programa GRETL

APÊNDICE 6: Resultado das Estatísticas Descritivas – Condição Financeira

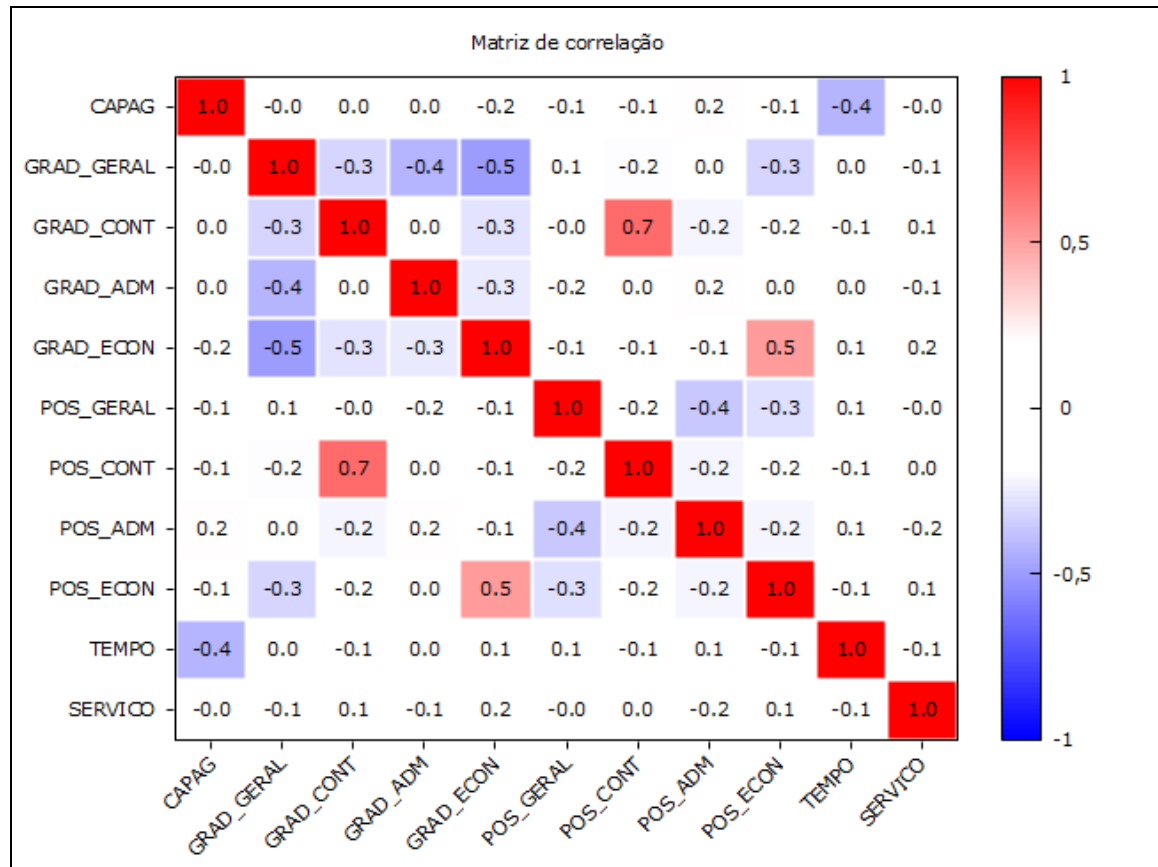
saída Gretl para Vagner 2022-06-04 12:34 página 1 de 1					
	Média	Mediana	D.P.	Mín	Máx
COND_FIN	4,826	5,000	4,533	-5,000	16,00
SERVICO	1,526	1,650	3,326	-5,200	9,100

Fonte: Elaborado no programa GRETl

APÊNDICE 7: Matriz de Correlação – Condição Financeira



APÊNDICE 8: Matriz de Correlação – CAPAG



Fonte: Elaborado no programa GRET

APÊNDICE 9: Notas dos Indicadores da CAPAG

UF	CAPAG 2018	CAPAG 2019
AL	B	B
AM	B	B
AP	C	Suspensa*
BA	C	C
CE	B	B
DF	C	C
ES	A	A
GO	C	C
MA	C	C
MG	D	D
MT	C	C
PA	B	B
PB	B	B
PE	C	C
PI	B	C
PR	B	B
RJ	D	D
RO	B	A
RS	D	D
SC	C	C
SE	C	C
SP	B	B
TO	C	C

Fonte: Adaptado de Brasil (2019).

* Amapá apresenta CAPAG suspensa para complementação de informações. Sendo considerado como “Não aceito”